

# LISBOA

REVISTA MUNICIPAL



EDIÇÃO  
DA C. M. L.

ANO XLV

2.ª SÉRIE

N.º 7

1.º TRIMESTRE  
DE 1984



# LISBOA

revista municipal

ANO XLV — 2.ª SÉRIE — N.º 7 — 1.º TRIMESTRE DE 1984 — NÚMERO AVULSO: 500\$00

DIRECTOR: ORLANDO  
MARTINS CAPITÃO  
SUBDIRECTOR: FERNANDO  
CASTELO BRANCO  
ASSISTENTE TÉCNICO:  
ALFREDO THEODORO

## sumário

ALGUNS ELEMENTOS PRÉ-ROMÂNICOS  
REUTILIZADOS NOS PARAMENTOS  
EXTERIORES DA SÉ DE LISBOA • MARIA  
SEVERA ONOFRIANA • AZULEJOS DE  
FACHADA EM LISBOA-IV • AS ACTAS DAS  
SESSÕES DE ESTUDOS OLISIPONENSES  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES-II • LISBOA - NOTICIÁRIO

EDIÇÃO DA C. M. L. — D. S. C. C. — REPARTIÇÃO DE ACÇÃO CULTURAL  
PALÁCIO DOS CORUCHÉUS — RUA ALBERTO DE OLIVEIRA — LISBOA — TELEFONE 76 62 68

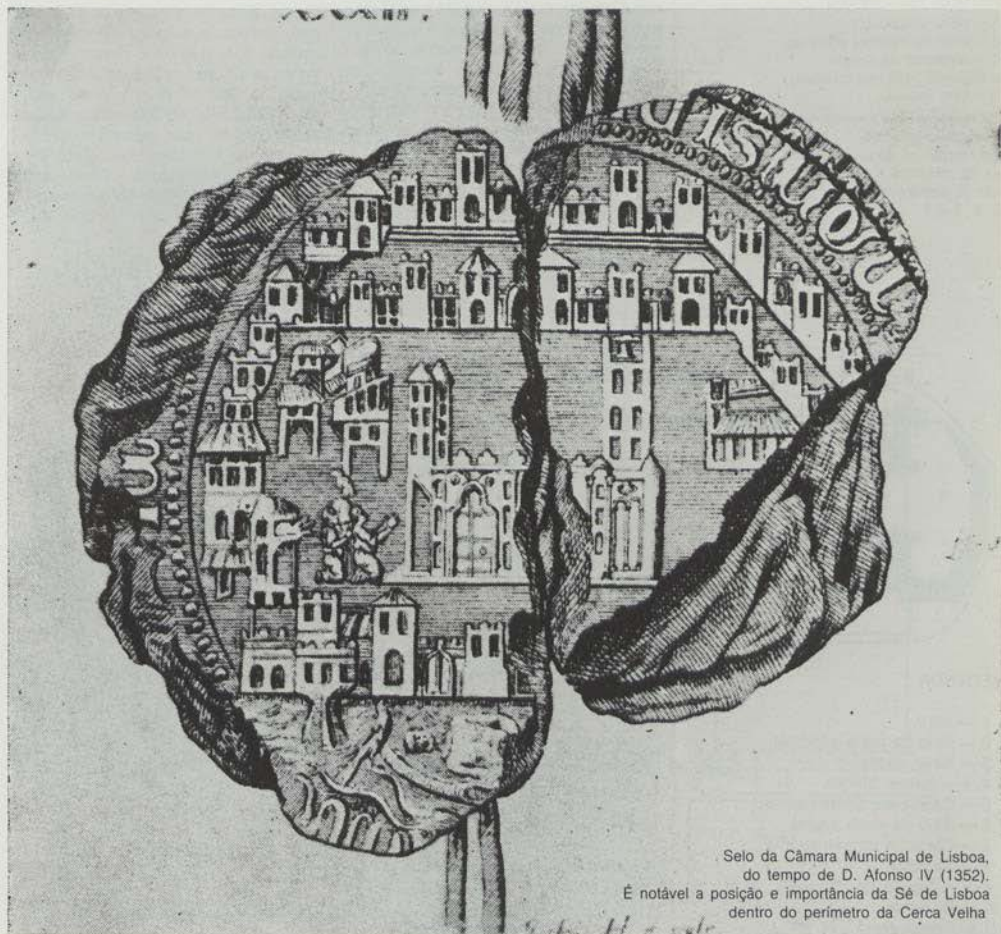
Execução gráfica Heska Portuguesa — Rua Elias Garcia, 27-A — Venda Nova — Amadora — 2000 ex.



NA CAPA:

Triptico pintado  
por Almada Negreiros  
na Gare de Alcântara  
— Lisboa III  
(1943-1945)

# ALGUNS ELEMENTOS PRÉ-ROMÂNICOS REUTILIZADOS NOS PARAMENTOS EXTERIORES DA SÉ DE LISBOA



Selo da Câmara Municipal de Lisboa,  
do tempo de D. Afonso IV (1352).  
É notável a posição e importância da Sé de Lisboa  
dentro do perímetro da Cerca Velha

## I - INTRODUÇÃO

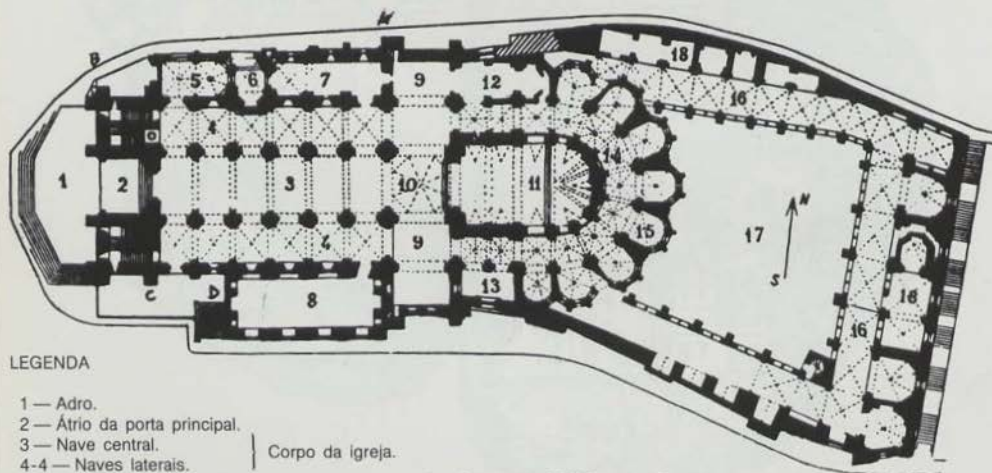
A Sé de Lisboa é, nos nossos dias, um monumento híbrido em resultado de obras de modificação antigas (cuja intenção foi sobretudo a de «modernizar» a igreja), de obras resultantes de estragos vários provocados ou pela queda de um raio ou por abalos telúricos, ou fossem ainda as grandes obras posteriores ao terramoto de 1755 e, finalmente, as extensas obras de restauro do Séc. XIX e Séc. XX. Não é, naturalmente, nossa intenção fazer o estudo quer do monumento nos seus vários períodos quer das alterações e distorções que obras, arranjos e restauros lhe infligiram, mas tão-somente dar notícia em primeira mão da identificação de um cipo romano reutilizado na parede oeste da Sacristia, de um elemento de soleira até hoje ignorado e utilizado num contraforte da Torre Sul, propor a alteração da classificação de dois silhares e finalmente reexaminar a classificação de outros dois casos.

Vem a propósito lembrar que a Sé de Lisboa foi construída num local da cidade com longa tradição citadina e não menos antiga vivência. É nossa convicção que ao período arcaico da primeira cidade romana nascida com as muralhas de Décimo Júnio Bruto, o Calaico, corresponde um primeiro «forum» situável presumivelmente na zona da Igreja de Santa Cruz do Castelo, e que a cidade imperial, próspera e pacífica, ultrapassou o velho «oppidum», tornado inútil militarmente, e estendeu-se, colina abaixo, tendo escolhido para seu «forum» a plataforma parcialmente artificial onde hoje se ergue a Sé de Lisboa. Essa zona de convergência cívica, política e religiosa manteve esse estatuto quer quando o Cristianismo se tornou a religião oficial do Estado Romano no Séc. IV, quer quando Bárbaros e Bizantinos se alternaram na posse da cidade, quer durante o período em que os Visigodos estabeleceram o seu domínio sobre toda a Península no Séc. VII e subsequentemente sob o domínio islâmico a partir do Séc. VIII.

Planta da Sé de Lisboa  
(em Março de 1936. Escala 1:1000)  
segundo o arquitecto António do Couto.  
As letras indicam os elementos  
estudados neste trabalho:

- A - silhar visigótico;
- B - lintel de moldura clássica;
- C - elemento de soleira
- e segundo lintel reaproveitado;
- D - cipo romano.

Os números que correspondem  
a acrescentamentos  
em relação ao corpo exterior  
da Sé românica  
são os seguintes:  
5, 6, 7 e 8



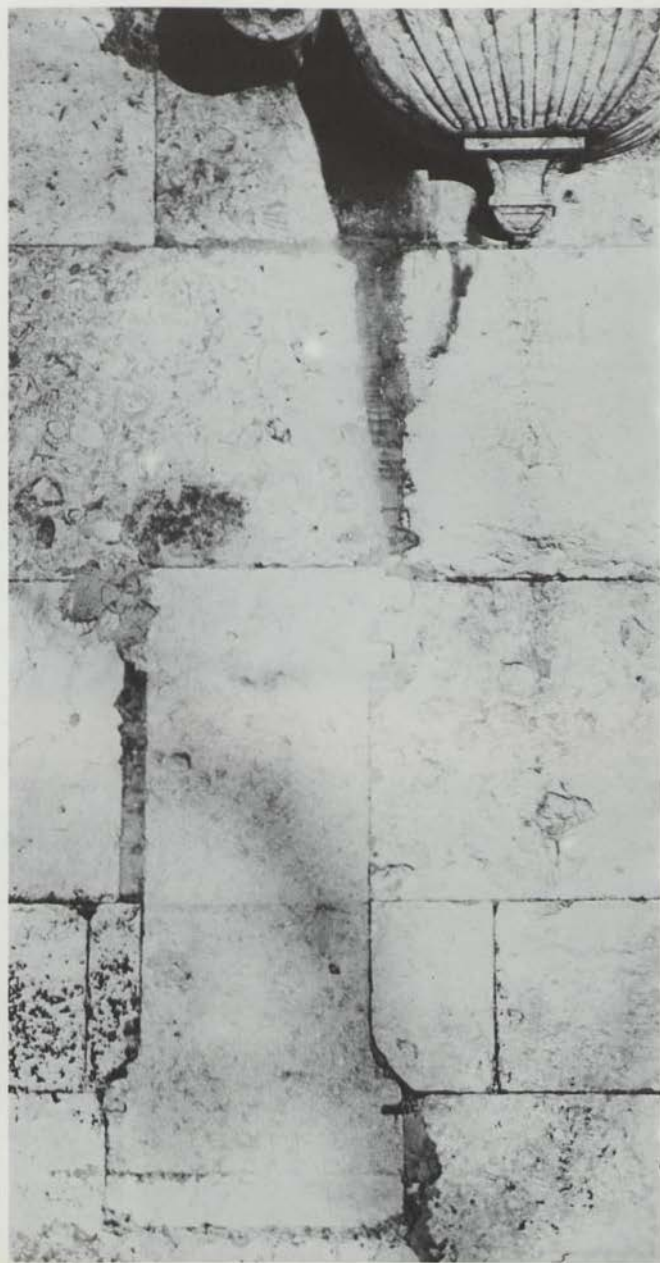
### LEGENDA

- 1 — Adro.
- 2 — Átrio da porta principal.
- 3 — Nave central.
- 4-4 — Naves laterais.
- 5 — Capela de S. Bartolomeu.
- 6 — Átrio da porta lateral.
- 7 — Camarim do patriarca.
- 8 — Sacristia.
- 9-9 — Braços do transepto.
- 10 — Cruzeiro.
- 11 — Capela-mor.

Corpo da Igreja.

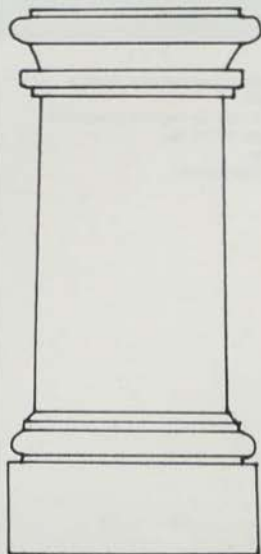
Transepto

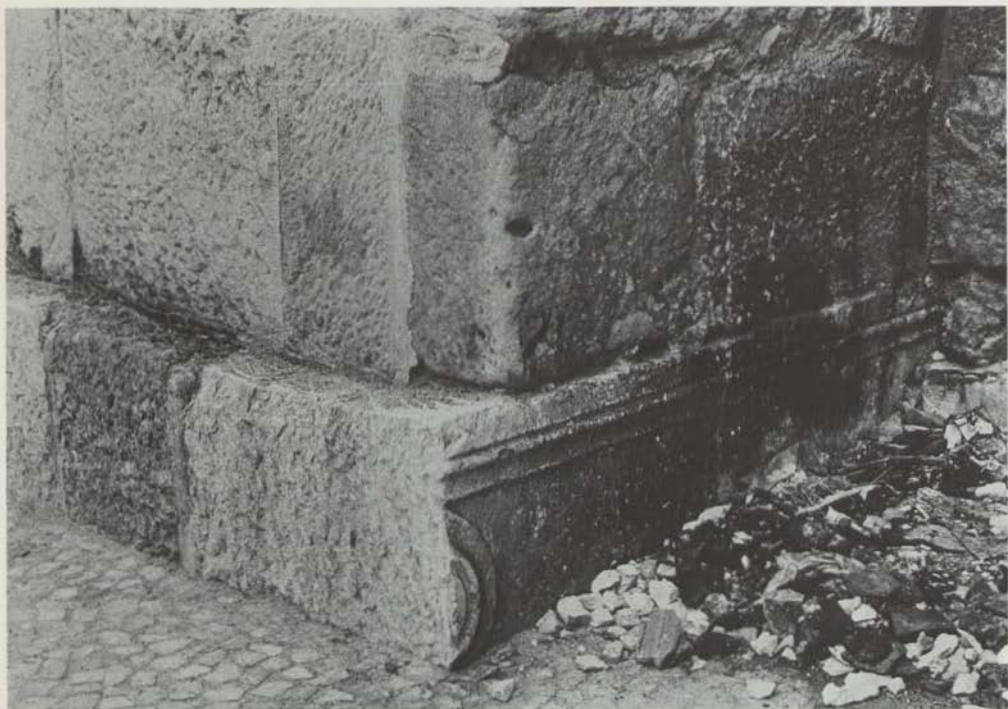
- 12 — Capela do SS. Sacramento.
- 13 — Capela de S. Vicente.
- 14 — Deambulatório.
- 15 — Capelas absidais.
- 16-16 — Galerias do claustro.
- 17 — Pátio do claustro.
- 18-18 — Capelas do claustro.



Cipo romano  
encastrado na parede Oeste da Sacristia.  
A silhueta desta peça  
destaca-se claramente na parede.  
(Foto de J. Alvarez)

Desenho feito sobre fotografia  
do mesmo cipo romano.  
Procurou-se reconstituir  
a molduração original





Lintel romano com moldura clássica, incompleto, usado na base do segundo contraforte da fachada Sul da Sé.

Face Este.  
(Foto F. Gonçalves)

É, assim, perfeitamente natural que edifícios se tivessem sucedido a outros e elementos arquitectónicos mais ou menos nobres fossem reaproveitados. Um certo preconceito quanto à natureza e localização de restos romanos em Lisboa, originado sobretudo pelo respeito, consciente ou inconsciente, por aquilo que os velhos e queridos mestres olisipógrafos foram repetindo, tem impedido, segundo cremos, que alguns dos investigadores que estudaram algumas destas pedras as não considerassem romanas. Aliás, um exemplo bem vivo desta situação é a insistência em se considerarem os restos parciais de um edifício romano, hoje localizado no subsolo da Rua da Prata como «Termas» ou «Conservas de Água» (o que, em boa verdade, corresponde a duas realidades bem diferentes!) quando se trata de parte de um criptopórtico (!) associado a um grande edifício ou outras estruturas suprajacentes.

Quando D. Afonso Henriques, após a conquista de Lisboa, decidiu a cons-

trução da sua catedral, escolheu, como lógico seria, o centro cívico e religioso da antiga cidade. O novo edifício tinha três propósitos fundamentais: o político — ou seja o de assinalar o regresso à bandeira cristã, pela sua mão, de uma cidade que tinha deixado de o ser; o religioso — ou seja o de proporcionar à cidade conquistada a qualidade de cabeça de bispado e dotar a população com um templo adequado à sua importância; e, finalmente, o militar — pois com a sua entrada defendida por parapeitos e torres ameadas, com os seus fortes muros lisos e grande torre-lanterna, a Sé de Lisboa surgia, dentro do perímetro da Cerca Velha, não só como um dos maiores edifícios da cidade, mas também como uma segunda fortaleza, proporcionando os eirados das torres e a torre-lanterna atalaias privilegiadas sobre o rio.

Se um dia for retomada a discussão da implantação da Sé sobre a antiga mesquita moura e do aproveitamento de elementos desse outro edifício na

construção do primeiro, esperemos que o assunto seja tratado sem paixão e sem preconceitos. Quanto a nós, não quisemos levar a nossa modesta investigação aos elementos reaproveitados e eventualmente existentes no interior desta igreja e do seu claustro. Restringimos o nosso estudo a elementos claramente pré-românicos, usados no paramento exterior do edifício e que sejam, sem dúvida, casos de reaproveitamento ou reutilização. Nenhum dos elementos estudados pode, nem de perto nem de longe, ser considerado islâmico ou ter estado originalmente associado à grande mesquita que existia em Lisboa ao tempo da conquista por D. Afonso Henriques, a não ser de forma tão accidental como sucedeu com a românica Sé de Lisboa.

## II - OS ELEMENTOS REUTILIZADOS

Os muros exteriores da Sé de Lisboa apresentam, nos seus paramentos, pedras reutilizadas. Situam-se a várias alturas a partir do actual nível do pavimento da rua e conforme a sua exposição e natureza apresentam graus de erosão diferentes e também diferentes depósitos de patina negra que são particularmente graves na fachada Norte. Muitas destas pedras são lisas, ou melhor, apresentam ao espectador uma face lisa, e as suas dimensões e irre-

gular justaposição mostram terem sido objecto de reaproveitamento. Estão neste caso muitas pedras da porção românica da fachada Sul ainda não escondida por acrescentamentos posteriores, e como se situam na zona baixa das paredes estiveram, até há poucos anos, cobertas pelo adro, artificialmente alto, construído presumivelmente no Séc. XVII.

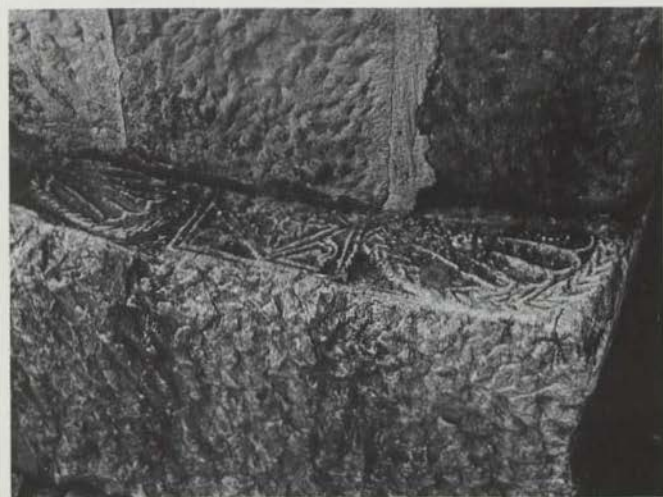
São, ao todo, cinco pedras as que estudámos e dado que a mais conhecida é também aquela que exigirá uma maior exposição, reservamo-la para o último lugar. Iremos começar com o cipo encastrado na parede oeste da Sacristia, a qual corresponde a um acrescentamento da fachada Sul, e terminaremos com o silhar lavrado da fachada Norte.

### 1) *Cipo romano incorporado na parede oeste da sacristia*

A descoberta deste elemento romano, reaproveitado na construção de um anexo da Sé de Lisboa no Séc. XVII, aconteceu numa manhã de sábado de Julho de 1983 quando as signatárias se encontravam a visitar o local para colheita de notas e execução de fotografias. Não encontramos referência alguma, na bibliografia consultada, relativa a esta pedra, cuja silhueta se destaca claramente na parede branca, um pouco abaixo da grande misula que suporta

o cruzeiro, e um pouco acima do meio-fio que marca longitudinalmente esta construção.

Essa mesma silhueta revela uma peça monolítica, com base moldurada e remate superior moldurado também. Trata-se indubitavelmente de um cipo romano que foi cortado e aparado de modo a poder ser reutilizado na construção da parede referida. A altura a que se encontra dificulta o cálculo de medidas exactas. Cremos, porém, que a altura máxima da peça rondará 1 m e a largura máxima 0,40 m, pelo que se verifica o acentuado predomínio da primeira sobre a segunda. Poderá tratar-se de uma peça de secção rectangular, pelo que apresentaria, neste momento, ao espectador um dos seus lados menores. O desenho que ilustra este trabalho procura reconstituir a sua molduração para a qual não encontramos paralelo em materiais conhecidos da mesma espécie.



O mesmo lintel, vendo-se a face reutilizada na época visigótica. A superfície decorada continua sob os silhares suprajacentes. (Foto J. Alvarez)





2) Silhar inserto na base saliente e visível das faces Sul e Este do segundo contraforte da torre Sul da Sé

**Morfologia:** Grande bloco de calcário branco apresentando três faces ao observador. Uma face lisa voltada para Sul com sinais evidentes de fractura e desbaste, outra face — ainda do lado Sul — voltada para cima e mostrando decoração esculpida e a última face voltada a Este com moldura clássica incompleta.

**Dimensões:** No caso deste silhar as medidas podem ser dadas com bastante rigor. Entenda-se, porém, que os valores dados para a altura foram medidos a partir do nível do empedrado actual da rua.

**Face Sul:** Comprimento 0,64 m. Altura aparente: 0,45 m.

**Face Este:** Comprimento: 1,45 m. Altura aparente: 0,45 m — valor que vai diminuindo devido à leve subida do nível da rua.

**Decoração:** Devemos considerar duas faces diferentes: a voltada para Este, que corresponde à utilização original daquela pedra em época romana; a face voltada para cima que corresponde à reutilização do silhar em época dita visigótica.

**Face Este:** Apresenta uma moldura clássica de elementos reentrantes e salientes, rectos e curvos, algo semelhantes a um outro silhar de que adiante falaremos. Está incompleta, pois só

apresenta um dos remates curvos da moldura (no seu lado menor) e mesmo assim incompleto, dado que além do elemento curvo ter sido cortado falta ainda a parte lisa terminal. Quanto à parte recta da moldura, esta só pode ser observada num dos lados maiores porque o outro (se é que existe, o que tudo leva a crer que sim) encontra-se enterrado no chão. São notáveis as semelhanças com um outro exemplar também reaproveitado na construção da Sé.

**Face Superior (Sul):** A estreita faixa de 15 cm por 64 cm de comprimento apresenta uma composição em ritmo ternário com nítida sugestão de simetria. Dois elementos em forma de palmeta ladeiam um terceiro de forma quadrangular. Passamos a descrevê-los da esquerda para a direita tendo em atenção que a forma e posição das palmetas determinam a verdadeira posição do silhar:

1) Palmeta de sete lóbulos (comprimento 0,21 m) com remate inferior impossível de determinar. A palmeta é realçada por uma corda torsa que segue de perto a sua silhueta.

2) Quadrado (0,15 m x 0,18 m) com dupla moldura recta dentro da qual se encontra um outro quadrado imbricado, formado também por dupla moldura, de cujos lados brotam folhas de água, uma por cada lado. Dentro deste segundo quadrado está esculpida uma figura formada por quatro elementos em forma de flor-de-liz de três pétalas.

3) Palmeta também de sete lóbulos (comprimento 0,25 m) rodeada por um cordão em espinha ascendente. É muito parecida com a descrita em 1).

Quando da sua utilização na época visigótica a posição deste silhar, onde quer que tivesse sido e como quer que tivesse sido, teria de ser forçosamente no sentido do eixo maior das palmetas. Assim, a 1.ª ficaria em baixo, de onde se conclui que estamos perante uma peça decorativa da qual conhecemos a porção terminal direita. É de admitir que a decoração se estenda ao longo desta face por debaixo dos silhares supra-jacentes.

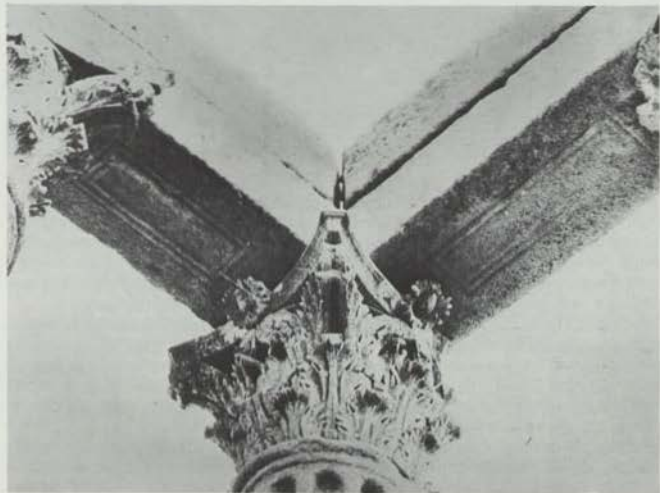
**Interpretação:** Estamos diante de uma pedra da qual conhecemos, neste momento, três utilizações. A primeira detectável está ligada à decoração aberta na face Este e corresponde, portanto, à molduração de tipo clássico (?). Trata-se como é evidente de um grande lintel destinado a preencher um intercolúnio

Elemento de soleira reaproveitado, vendo-se os alvéolos de implantação do eixo do volante da porta e da moldura.

num edifício romano. Destruído o edifício a que pertencia foi, em tempos do domínio visigótico, o lintel cortado e desbastado, presumivelmente ou não ignorada a sua decoração de tipo clássico, e na sua antiga face lateral foi então aberta a decoração das palmetas e quadrados já nossos conhecidos. Finalmente, quando da construção da Sé, foi o velho lintel de novo utilizado, não sabemos se sofrendo mais cortes e desbastes.

D. Fernando de Almeida na sua obra «*Arte Visigótica em Portugal*», pág. 231, depois de referir a decoração visigótica desta peça, diz: «A pedra, de que só parte está à vista, mostra um outro lado com moldura romana clássica, do tipo pilastra do Alandroal e de S. Pedro de la Nave». Há a esclarecer as diferenças entre a moldura deste silhar e a do Alandroal, que apresenta a espaço rodeado pela moldura preenchido por duplo elemento torso e sendo a

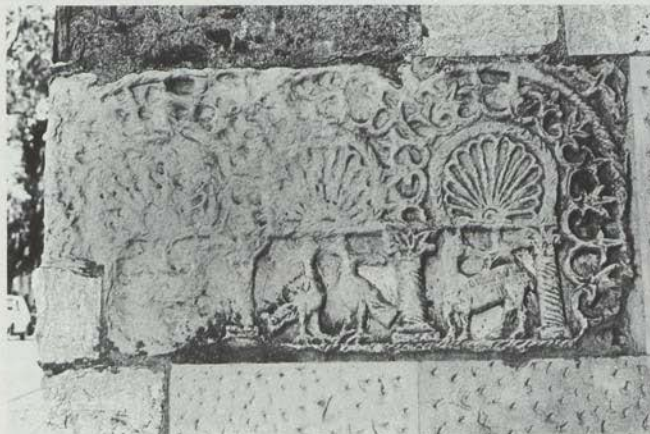
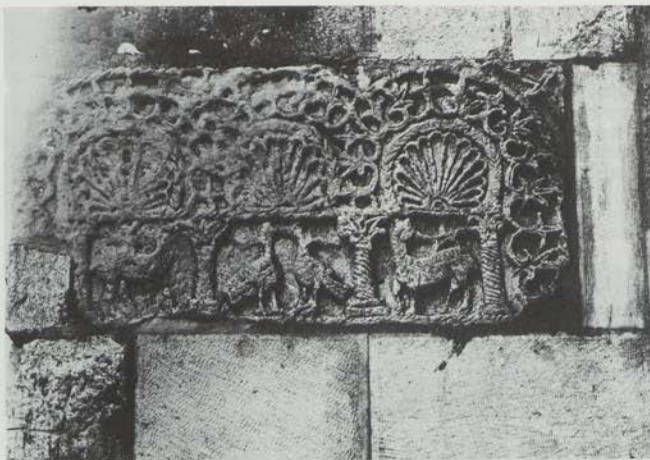
Grande lintel romano, com moldura clássica, encastrado no primeiro contraforte da Torre Norte.  
(Foto F. Gonçalves)



Aspecto dos lintéis do templo romano de Évora, chamado vulgarmente Templo de Diana

Silhar visigótico encastrado no penúltimo contraforte da fachada Norte da Sé. Trabalho fotográfico realizado, por F. Gonçalves sobre um positivo sépia antigo de Alvão & C.ª, comprado para o Arquivo Fotográfico da C.M.L. em 1944

Fotografia recente do mesmo silhar. É assustadora a desagregação da parte esquerda. Vê-se também nitidamente a fractura do canto inferior esquerdo. (Foto F. Gonçalves)



Desenho do silhar visigótico publicado por Pedro de Palol no seu livro «El Arte Visigodo en España»

Desenho do mesmo silhar publicado por D. Fernando de Almeida em «Monumentos do Distrito de Lisboa», Tomo I

Desenho feito sobre a fotografia antiga de Alvão & C.ª, com reconstrução das partes em falta

própria moldura de um tipo simplificado com os remates em meia-lua levemente reentrantes. Aquilo que têm em comum resume-se ao facto de um ser uma peça romana autêntica e o outro ter uma moldura clássica romana por modelo. O silhar do Alandroal, cuja classificação como visigótico não temos em causa, apresenta parentesco com algumas molduras romanas de Roma e do extremo oriental do Império como, por exemplo, o Arco de Tito e as pilastras de moldura com o campo decorado, tão abundantes em Palmira.

Veiga Ferreira foi o primeiro a publi-

car esta pedra em «Acerca de uma Pedra Visigótica Ornamentada», mas considerou-a visigótica sem especificar a qual face se referia. A foto que ilustra o seu trabalho mostra, porém, a face que apresenta a moldura clássica.

Claro está que não afastamos a possibilidade de poder tratar-se de uma pilastra ou imposta romana, mas quer a consideremos lintel quer pilastra o edifício a que pertenceu seria de dimensões apreciáveis.

3) *Silhar inserto na base saliente e visível das faces Sul e Oeste do se-*

gundo contraforte da torre Sul da Sé de Lisboa

**Morfologia:** Grande bloco de calcário branco, liso, apresentando na sua face Oeste um alvéolo redondo ( $\varnothing$  0,105 m) e um rectangular (0,085 m  $\times$  0,955 m) preenchidos por argamassa moderna.

**Dimensões:** Comprimento da face

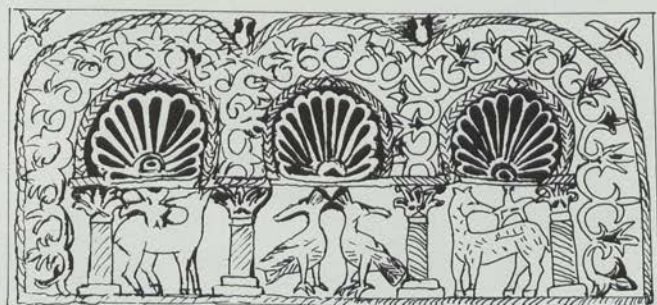
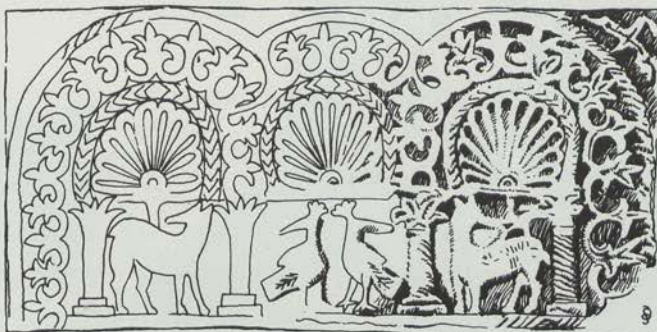
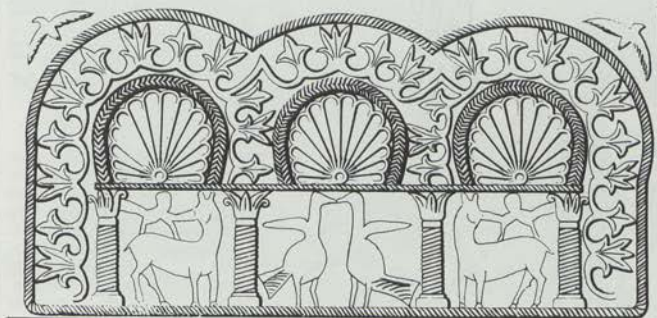
Oeste, 0,61 m. Altura: idem, 0,44 m. Espessura (comprimento na face Sul): 0,32 m.

Na face Sul é saliente, cerca de 0,17 m, em relação à parede do contraforte.

**Interpretação:** Trata-se de um elemento de soleira de porta outrora associado a um vão de porta, hoje desaparecido.

A sua colocação na base do contraforte permite-nos considerá-lo pré-românico e não nos repugna admitir que se trate de material romano dadas as suas semelhanças com espécimes conhecidos. A atribuição é verosímil mas não rigorosa.

Não encontramos também qualquer referência a este silhar na bibliografia consultada.



4) Silhar inserto na parte inferior do primeiro contraforte da torre Norte da Sé de Lisboa

**Morfologia:** Bloco de calcário branco, fortemente patinado, esculpido na sua face voltada a Norte, incompleto nas extremidades e apresentando, para Ocidente, uma superfície lisa, aparada, sem acabamento especial digno de nota.

**Dimensões:** Comprimento da face exposta: 1,94 m. Altura: idem, 0,40 m. Espessura: 0,58 m.

Estes valores têm de ser entendidos com precaução dado as juntas apresentarem argamassas modernas.

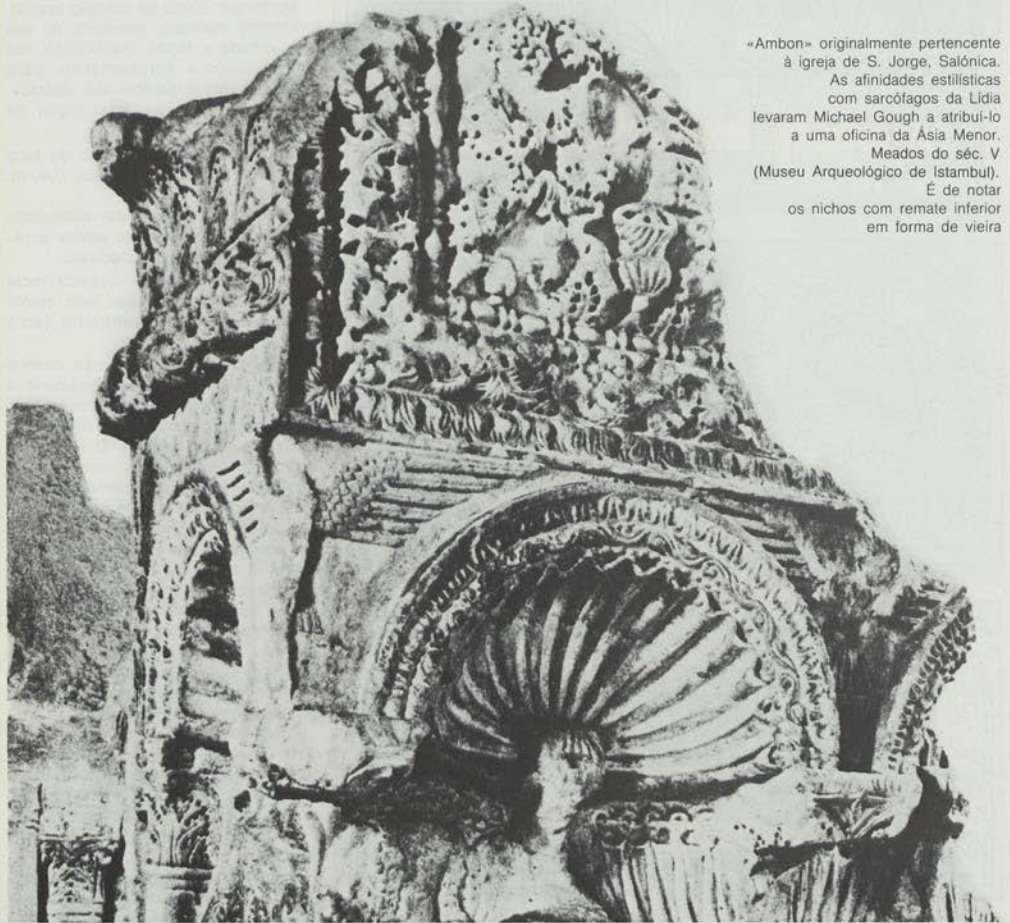
**Decoração:** Moldura clássica recta dupla com remate no seu lado menor em silhueta curva reentrante (arco apontado).

**Interpretação:** Uma vez mais cremos estar diante de um lintel destinado a rematar superiormente um intercolúnio. O espectador, ao olhar para cima, veria a moldura atrás descrita. O lintel está incompleto pois falta-lhe uma das extremidades, com o seu elemento curvo. Aliás, a outra extremidade está também incompleta pois falta-lhe a parte lisa que assentaria sobre o capitel suprajacente. A parte curva situar-se-ia na imediata contiguidade dos capitéis, animando, assim, a parte superior do vão. Ainda hoje se podem ver no templo dito de Diana, em Évora, os lintéis da arquitrave que se encontram *in situ*, e mostram as molduras romanas duplas de lados menores rectos, porém.

Estamos uma vez mais diante de material romano reaproveitado, mas nem a molduração nem o remate curvo são idênticos ao descrito em 2), pelo que embora aparentados não terão presumivelmente vindo do mesmo edifício (?).

Uma vez mais não rejeitamos a hipótese de se tratar de um lintel ou imposta como o caso anteriormente descrito

Sarcófago de pedra líos  
proveniente de Bolabolu (N. da Turquia)  
dubitativamente datado  
dos finais do séc. III d. C.  
Mostra parecências notáveis,  
nas arcarias e tratamento das cenas,  
com sarcófagos cristãos de Roma  
e da Gália do Sul (séc. IV d. C.)



«Ambon» originalmente pertencente  
à igreja de S. Jorge, Salónica.  
As afinidades estilísticas  
com sarcófagos da Lídia  
levaram Michael Gough a atribuí-lo  
a uma oficina da Ásia Menor.  
Meados do séc. V  
(Museu Arqueológico de Istambul).  
É de notar  
os nichos com remate inferior  
em forma de vieira



Este turbulo de bronze do séc. V d.C., guardado no Museu de Adana (Turquia) mostra arcadas sugerindo nichos e remates globulares sobre colunas torsas com semelhanças notáveis com o silhar visigótico da Sé



Nicho visigótico (séc. VII) reutilizado na parte alta da igreja de S. Tomé (Toledo). Cúpula em forma de vieira, colunas torsas espinhadas, base dupla e capitéis de inspiração coríntia

em 2) e também presumivelmente associado a um grande edifício cuja natureza não é possível determinar.

5) *Silhar inserto no penúltimo contraforte da fachada Norte da Sé*

**Morfologia:** Bloco de calcário molásico, amarelado, esculpido na sua face voltada a Ocidente e apresentando a Norte uma face lisa sem acabamento cuidadoso. Apresenta uma fractura regular, intencional, presumivelmente associada a um aproveitamento anterior ao da sua última utilização pelos construtores da Sé.

**Dimensões:** Será forçoso entender estes valores com certa precaução. Em primeiro lugar, as dimensões resumem-se às faces expostas; em segundo lugar, a colocação de argamassas modernas nas juntas impede que a medição possa ser feita com o rigor desejado.

**Face Ocidental:** Comprimento: 1,20 m. Altura: 0,60 m. (Espessura: 0,31 m). Altura da fractura: 0,20 m. Comprimento da fractura: 0,15 m.

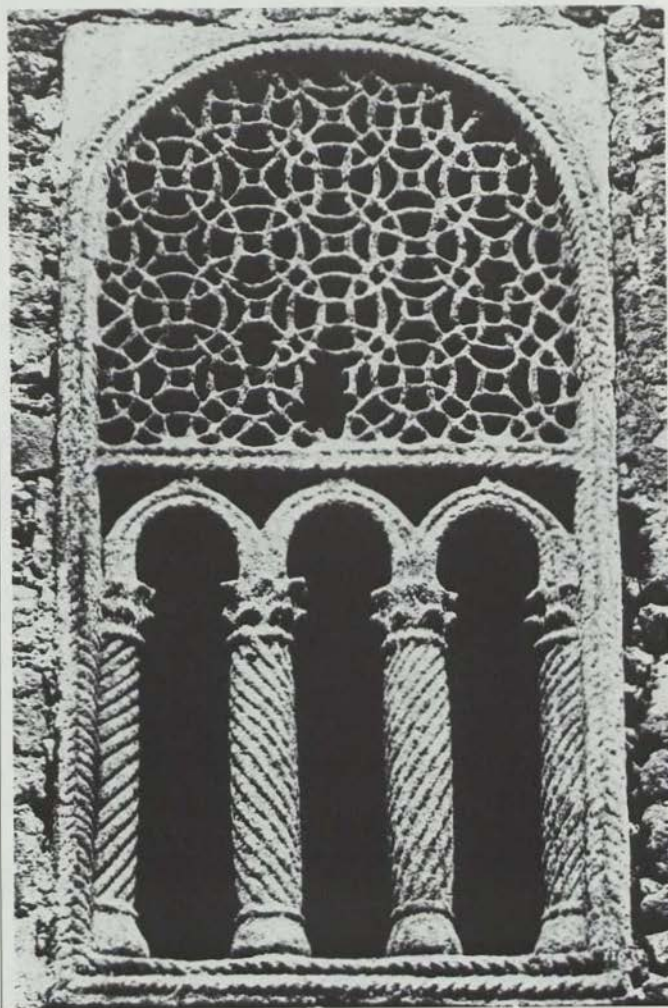
**Face Norte:** Comprimento: 0,32 m. Altura: 0,20 m.

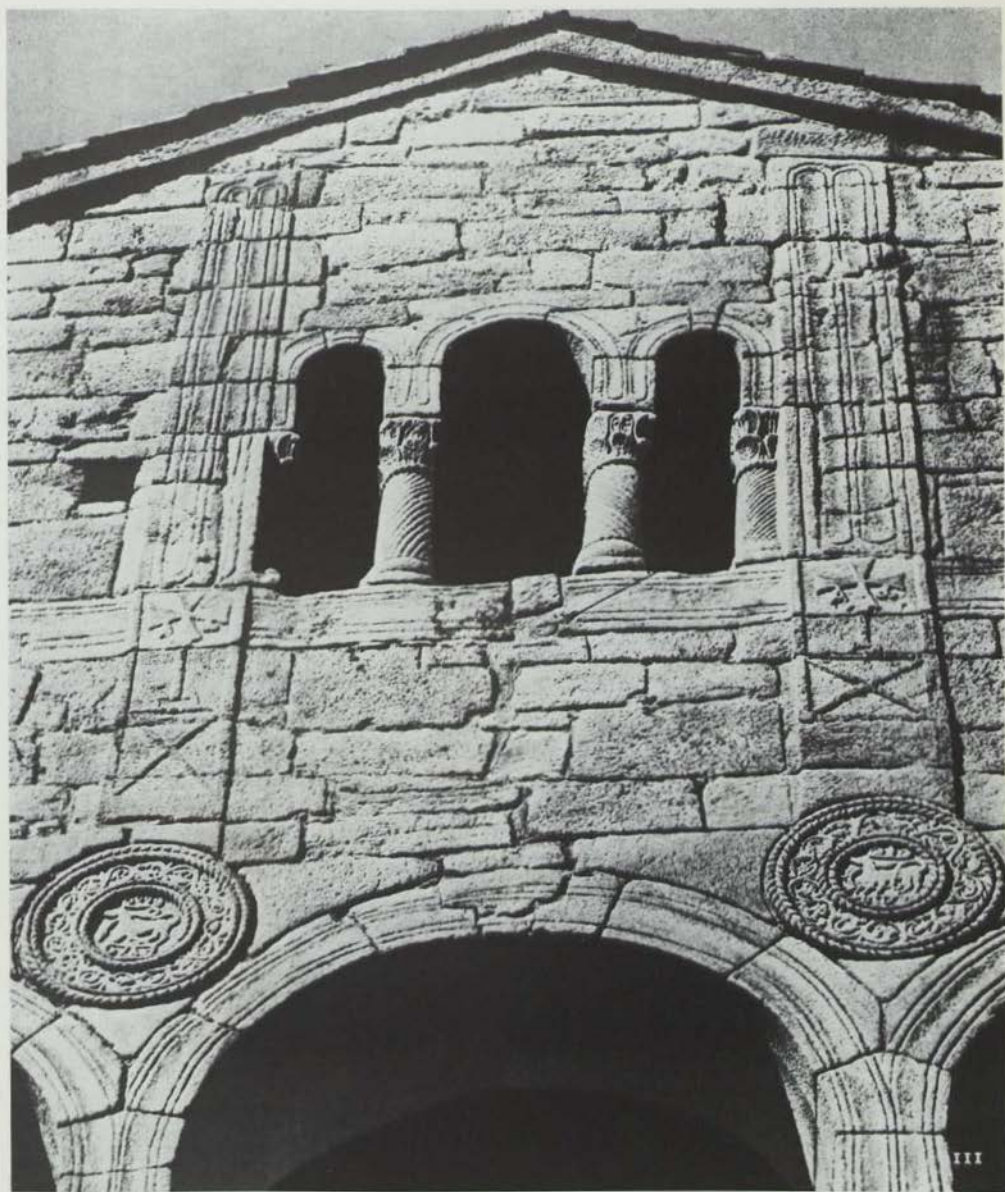
**Decoração:** O esquema da composição é relativamente simples, embora empregue numerosos elementos decorativos. O espaço apresenta-se tripartido com a composição organizada a partir de uma linha vertical imaginária que passa pelo meio geométrico daquela face e pode ser considerada o seu eixo menor. A partir desta linha a decoração estende-se com sensível simetria para a direita e para a esquerda. Cremos que a intenção era, de facto, a de produzir elementos simétricos, só não se conseguindo totalmente alcançar este propósito por óbvia dificuldade do artista. Podemos considerar um segundo eixo menos acentuado, estendendo-se no sentido horizontal, a partir do qual a decoração se distribui da seguinte forma: na parte superior todos os elementos são estáticos pois foram pedidos de empréstimo à arquitectura; na parte inferior a maior parte dos elementos representam animais.

Conforme já referimos, há um ritmo ternário na composição, ritmo este dado por três vãos de comprimento desigual, sendo o maior o central, enquadrados por colunas torsas de dois tipos. A poluição afectou irremediavelmente este silhar, e para avaliar os seus desastrosos efeitos basta compa-

Janelão da igreja de S. Miguel de Lillo (Astúrias) construído por Ramiro I antes de 849.

A composição em que avultam as colunas torsas de capitéis coríntios suportam um grande tímpano perfurado rodeado por cordão espinhado





Santa Maria de Naranco (Astúrias) também construído por Ramiro I, na mesma data, como palácio e depois transformado por ele em igreja.  
Pormenor da parte alta da fachada. Repare-se na continuada tradição das colunas torsas, capitéis coríntios, tripartição dos vãos, e no uso de elementos decorativos remanescentes das molduras clássicas de pilastras e lintéis





rar fotografias antigas e recentes. Socorrendo-nos, com efeito, de uma dessas fotografias antigas, podemos dizer que o princípio da simetria foi aplicado à composição embora em termos não absolutamente rigorosos. Assim, há dois tipos de colunas (embora a erosão não permita assegurar que as do lado esquerdo eram torsas, é de admitir que o tenham sido; quanto aos outros elementos eles são ainda detectáveis): as que enquadram exteriormente a composição das «arcadas» e as interiores. As primeiras são mais finas e compõem-se de base quadrangular lisa, fuste torso da esquerda para a direita e capitel com folhas e volutas inspirado de modelos corínticos. As outras são levemente diferentes: a base é dupla, o fuste mais baixo e mais espesso, também torsas da esquerda para a direita, e os capitéis, embora do mesmo tipo, são mais largos, logo, mais volumosos. As colunas interiores enquadram o espaço central onde se encontram figuradas duas aves, as colunas exteriores rematam os espaços laterais, mais estreitos onde o animal representado é um quadrúpede. Ocupar-nos-emos destes animais um pouco mais adiante.

Acima das colunas vê-se uma mísula quadrangular de onde arranca uma arcada com decoração em espinha descendente formando um arco em ferradura com um motivo em forma de losango no fecho. Os tímpanos são formados por vieiras (uma de 14, duas de 13 lóbulos) assentes num cordão. Envolvendo lateral e superiormente as arcadas, desdobra-se uma larga grinalda de motivos vegetalistas alternados de cinco e de três pétalas sugerindo a flor-de-liz. A alternância tem um momento de hesitação no ponto em que se faz a junção das grinaldas laterais com a da arcada central. Envolvendo toda a composição das arcadas, animais e banda vegetalista, corre um cordão torso, da esquerda para a direita, sobre o qual assentam directamente as colunas e os animais, e que, na parte superior, segue a linha ondulante das arcadas, surgindo no ponto de intersecção das mesmas, um elemento decorativo globular, cuja natureza não foi possível determinar, mas que se assemelha a um pequeno pináculo. Entre este cordão e os cantos superiores do silhar, num espaço que, de outra forma, se quedaria vazio, aparece uma pequena figura flor-delizada. Pedro de Palol interpreta-a como uma ave, talvez uma pomba, mas

cremos que se enganou, não sendo, aliás, este o único ponto em que discordamos daquele investigador espanhol (?).

Detenhamo-nos sobre a análise das figuras de animais. D. Fernando de Almeida (\*) diz o seguinte: «Entre as colunas há animais, um cordeiro (?) com a cabeça voltada, duas pombas (ou pavões?) e, possivelmente, outro cordeiro também a olhar para trás como o primeiro.» O desenho que Pedro de Palol dá deste silhar indica que interpretou os quadrúpedes como ovinos e as aves como palmípedes (embora se encontre omissa a representação dos pés) com asa aberta como para iniciar o voo. O desenho executado sobre a fotografia antiga não nos deixa dúvidas quanto às aves representadas embora concordemos que o escultor não foi particularmente rigoroso. Trata-se, de facto, de pavões, identificáveis pelo tufo no alto da cabeça, pés e cauda longa com compridas penas descendentes que o artista teve o cuidado de marcar. Podemos ainda acrescentar o formato do corpo. Quanto aos quadrúpedes, o da direita parece ser um ovino com o pêlo figurado por sulcos e corpo excessivamente alongado; o da esquerda sugere, porém, mais a silhueta da gazela, com patas mais altas e maior harmonia de proporções. Sobre o lombo destes quadrúpedes surge-nos um elemento hoje impossível de determinar. Parece uma ave de asas abertas e pés fincados sobre o lombo do outro animal ou então um motivo vegetal, mas não há qualquer possibilidade de uma identificação segura (\*).

Igreja de Santa Maria de Quintanilla de las Viñas (Burgos), do séc. VII. Arco triunfal onde são evidentes a reutilização de materiais e a pujança decorativa dentro de uma bárbara austeridade

Segmentos do friso médio que corre no exterior deste edifício. Animais dentro de encadeamentos torsos e remates florizados aproximam esta temática dos modelos orientais popularizados pelos tecidos através de Bizâncio. Muitos dos animais, nomeadamente o grifo, sugerem fortemente tipos sassânidas





Friso médio do exterior do mesmo edifício. Rosetas de seis pétalas e anagramas dentro de encadeamento torço com remates flordelizados repetem o esquema típico dos tecidos orientais. Neste caso, porém, há quem veja na roseta uma reminiscência decorativa de raiz ibérica. Pensa-se que os anagramas serão dos fundadores



O enquadramento arquitectónico da composição tem sido sempre entendido como «arcadas» e, assim, descrito. Nós próprias lhes chamámos o mesmo para simplificar a descrição morfológica do silhar. Mas seriam mesmo arcadas o que o artista (ou artistas) quis representar? Se a pouca profundidade do relevo nos poderia levar a dizer sim, o cuidado que pôs em distinguir um cordão pouco espesso em relação às mísulas sobre os capitéis leva-nos a concluir que o caso é bem diferente. Temos, com efeito e à primeira vista, uma arcada preenchida por um tímpano em forma de concha, mas se assim fosse, e apesar da má qualidade do trabalho desta pedra, o elemento sobre os capitéis, a arquitrave, seria forte e espessa, pelo menos tão vigorosamente traçada como as mísulas já referidas. Ora isto não acontece. Sob o «tímpano» corre um cordão mais fino. É óbvio que o artista utilizou modelos a partir dos quais compôs este silhar, e modelos que talvez já não correspondessem aos protótipos originais. Aquilo que ele procurava representar era, não uma arcada, mas uma sucessão de grandes nichos com cúpula em forma de concha que arrancava a partir de um filete ou cordão marcado na parede. Ao procurar reduzir a um relevo quase bidimensional uma composição francamente tridimensional, o artista viu-se em sérios embaraços e a sua incapacidade resultou em equívocos para quantos têm estudado esta importantíssima pedra.

Com efeito, portugueses e estrangeiros se têm rendido à beleza deste silhar, ao seu impacto dramático, e, desde Vergílio Correia, que ele não tem cessado de aparecer em publicações da especialidade ou até em folhetos turísticos, variando a atribuição da sua origem: bizantino (\*), suevo-bizantino (\*), visigótico (\*). Em algumas dessas publicações há tentativas no sentido da reconstituição viável da parte erodida e da fracturada, e interpretações quanto aos elementos representados. Pedro

de Palol de tal forma se deixou fascinar que na sua obra «*Arte Hispanico de la Epoca Visigoda*» publica uma foto a preto e branco, uma foto a cor (da parte da direita, menos erodida) e um desenho em que se multiplicam as anomalias, devidas a uma análise pouco cuidada das fotografias a partir das quais foi certamente feito. Vamos referir as mais importantes:

- 1) Quando da impressão o desenho foi invertido, pelo que tudo o que está à esquerda deveria estar à direita e vice-versa.
- 2) As colunas aparecem todas com base dupla;
- 3) Os capitéis estão desvirtuados;
- 4) O espinhado dos arcos apresenta-se contínuo, sem o remate em diamante;

5) Dá 12 elementos vegetais nas cercaduras laterais em vez de 13;

6) Regista incorrectamente o remate dos cantos inferiores;

7) Não regista a quebra da alternância dos elementos vegetais no ponto de encontro das cercaduras;

8) Apresenta um cordão torso contínuo em vez das mísulas e do fino cordão;

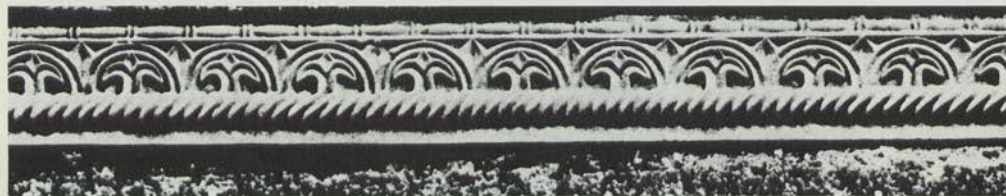
9) Os dois quadrúpedes são exactamente iguais (o que sabemos não corresponder à verdade) e estão dados com pouco rigor: grossura das patas, ponto de arranque e curvatura do pescoço, forma da anca e do focinho;

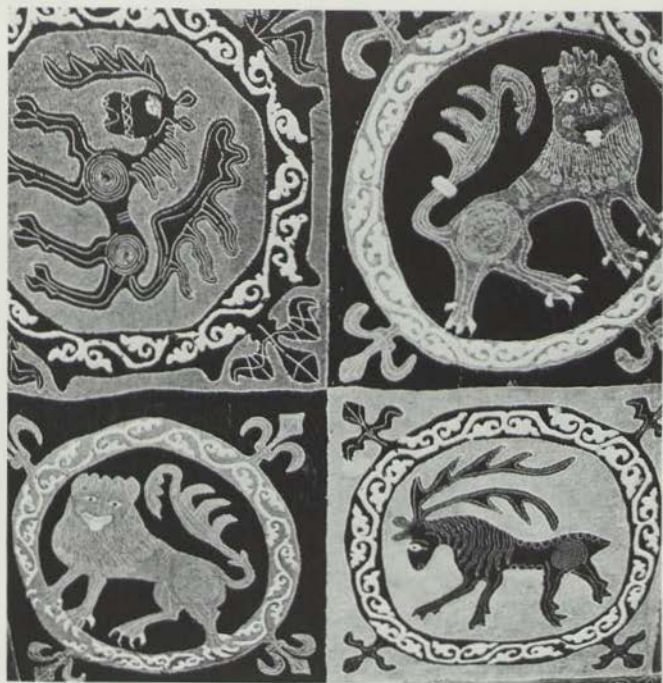
10) O elemento não identificado acima do lombo do animal está errado porque nele foi incorporado uma parte do focinho e um voluta do capitel;



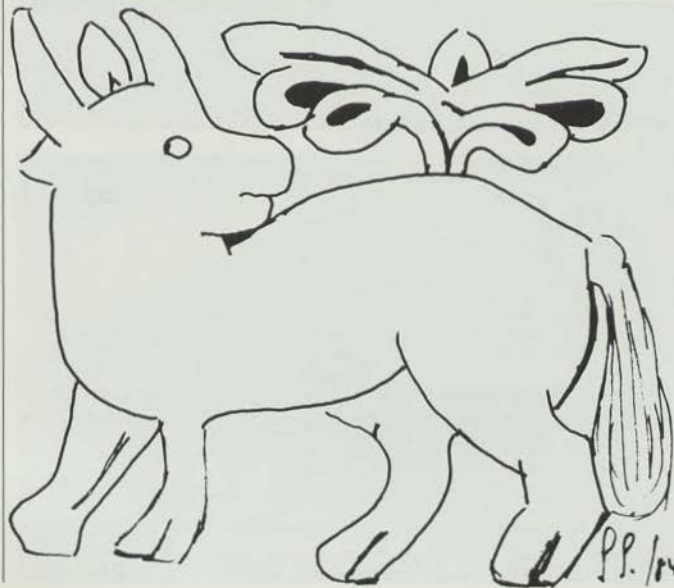
Friso inferior, no exterior da mesma igreja, usado como lintel sobre a porta Este do braço direito do transepto. Neste caso a decoração restringe-se à Vieira ladeada por motivos vegetalistas, numa composição que lembra os galões bordados que rematavam peças de vestuário

S. Fructuoso de Montélios. Friso interior, superior, de execução primorosa. A corda torsa, as «perles et perouettes» e a alternância de elementos curvos e pontiagudos reminiscentes do «óvulo e lingueta» sugerem tão fortemente os modelos clássicos que é difícil resistir à tentação da tese da reutilização, em tempos visigóticos, de materiais clássicos





Tecido com os típicos motivos orientais de animais dentro de círculos decorados e remates fiordelizados



Pormenor de uma placa ornamental de inspiração ravenaica, da igreja de Saamasas, Espanha, séc. VII. Desenho sobre fotografia. Veja-se o elemento vegetal sobre o lombo do bovino

11) As aves foram interpretadas como palmípedes e foi omitida a representação dos pés assim como o espinhado das penas da cauda foi representado ascendente e não descendente como é o caso;

12) O elemento que preenche o canto superior direito está dado totalmente em relevo, como se se tratasse de uma ave com as asas abertas em voo;

13) Está omitido o elemento globular de remate da moldura torsa no eixo das colunas;

14) As três conchas apresentam o mesmo número de lóbulos (14).

Não é este porém o único desenho inexacto. D. Fernando de Almeida, sob a sigla F. A. publica em «Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa», Tomo I, pág. 47, uma nótula sobre este mesmo silhar, acompanhando-o de um desenho que, quanto à parte melhor conservada, segue com bastante fidelidade a escultura, mas mesmo assim faz erros que se acentuam na parte mais erodida e no que seria lógico que estivesse na parte fracturada:

1) Omite as mísulas, deixando um espaço indeciso;

2) Dá um número errado de lóbulos para duas conchas;

3) Omite os pés de ave do lado esquerdo;

4) Regista incorrectamente as colunas do lado esquerdo quer quanto à forma quer quanto às partes constituintes;

5) Regista incorrectamente o elemento não identificado acima do lombo do quadrúpede esquerdo;

6) Regista incorrectamente o encaimento do cordão torso na parte lateral e inferior esquerda;

7) Omite o elemento flordelizado do canto superior esquerdo;

8) Omite os remates globulares superiores do cordão.

Registe-se, porém, que dá com muito rigor as diferenças entre o quadrúpede do lado direito e o do lado esquerdo.

Como já dissémos, há a procura de uma certa simetria nesta composição a partir de uma linha imaginária vertical passando entre os dois pavões afrontados, repetindo para cada lado elementos semelhantes ou bastante parecidos. A posição do corpo e dos pés dos animais fazem-nos convergir na direcção desta linha enquanto as cabeças (volta-

das para trás) divergem em relação à mesma. Há, desta forma, uma tentativa de transmitir um certo movimento à composição, como se o motivo que tão fortemente atrai a atenção dos intervenientes fosse algo fora da composição ou então — o que também é possível — o elemento figurado acima do lombo dos quadrúpedes. Uma outra tentativa no mesmo sentido é a utilização dos elementos espinhados e dos torsos assim como a alternância dos motivos flordelizados.

### III CONCLUSÃO

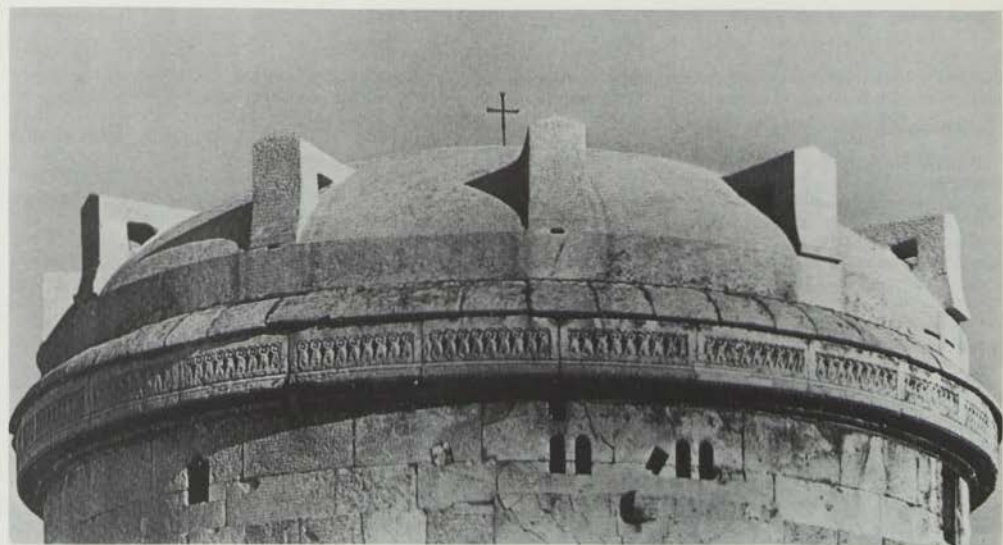
Os casos de aproveitamento que aqui estudámos não se apresentam com o mesmo grau de importância. Assim, o menos importante, até porque

Cancela do séc. VII da igreja de Santa Maria de Trastevere, Roma.

Os dois pavões, símbolo da ressurreição e vida eterna, bebem de um vaso de linfa celestial. É de notar a má qualidade da execução

Baixo relevo (séc. VI a VIII) guardado no Museu Cristiano de Brécia. A execução dos pavões é perfeitíssima. Notem-se os elementos bárbaros na cercadura inferior





Túmulo de Teodorico em Ravena (séc. VI). Trata-se de um caso raríssimo de elemento decorativo bárbaro. O friso é constituído por motivos geométricos inspirados pelas fibulas então em moda



Decoração carolíngia (séc. IX) no Oratório de Santa Maria in Valle (Civdad del Friul) em que a decoração exuberantemente vegetalista lembra as grinaldas do silhar da Sé



incerto é, sem dúvida, o elemento de soleira. Quanto aos outros, a sua importância dependerá sobretudo da perspectiva a partir da qual nós os considerarmos. Se entendermos que um elemento inédito é o mais importante, teremos, sem dúvida, de considerar o cipo romano encastrado na parede oeste da Sacristia. No entanto, há notícia de vários cipos romanos encontrados em Lisboa e quanto a este manter-se-á a dúvida se se trata de um cipo funerário se honorífico. Ficará também por esclarecer como foi ali parar e porquê o apararam numa só face e não em todas, pois as outras duas deixam adivinhar as molduras rectas e boleadas. Com a Sé a paredes-meias de edifícios romanos como o Teatro e a escassas dezenas de metros desse repositório de material romano que foi a Porta do Ferro e também o lanço ocidental da Cerca Velha, feita a sua implantação em pleno coração da Lisboa romana, não custa admitir que tenha sido encontrado quando da abertura das fundações da Sacristia embora pudesse já não se encontrar *in situ*.

Quanto aos outros dois lintéis, elementos de arquivave ou ainda pilastras (se assim se preferir classificar) identificados por nós, cremos serem os primeiros do género a relacionar com edifícios da desaparecida Lisboa romana. Aliás, a circunstância de apresentarem dimensões diferentes e sensíveis e inequívocas diferenças de molduração, levam-nos a atribuí-los a dois edifícios distintos, cuja natureza também não é possível determinar.

Temos, finalmente, os dois silhares visigóticos. Quanto ao primeiro, dado conhecermos apenas uma porção insignificante da sua superfície, pouco podemos acrescentar ao que já foi dito. Será de acentuar, porém, que a sua técnica decorativa (entendendo-se estritamente a forma como a decoração foi aberta na pedra) é extremamente parecida com a do último silhar estudado. Podem provir da mesma oficina, senão do mesmo edifício.

Assim, e já nesta apreciação final das importâncias relativas, temos de novo que considerar o silhar profusamente decorado do contraforte Norte da Sé. (°). Apesar da sua enorme popularidade e da sua indiscutível beleza, ele está longe de constituir uma peça técnica e esteticamente perfeita ou até cuidada. É tão importante porque, no fundo, é única. Tecnicamente afasta-se

das chamadas pilastras de Chelas<sup>(10)</sup> (uma encontrada aí, outra na Rua dos Bacalhóiros), guardadas no Museu do Carmo, que apresentam uma feitura cuidada e recorrem muito mais ao corte biselado com fortes probabilidades de efeitos de claro-escuro. Tematicamente também. É óbvio que os protótipos longínquos são clássicos e orientais e os imediatamente próximos têm como origem o mundo de Bizâncio e Ravena e, com maiores e menores variantes, são relativamente abundantes na Península Ibérica. É evidente o carácter fortemente orientalizante deste silhar da Sé de Lisboa, mas também é evidente que se trata de uma peça de má qualidade. Todos os seus elementos estão dados com irregularidade: as colunas estão tortas, os capitéis também, os arcos variam de tamanho, as conchas variam de lóbulos, os elementos vegetais são «mais-ou-menos», apertando-se ou alargando-se conforme o espaço falta ou sobeja. O próprio relevo é incerto para além dos estragos da erosão. Os animais e as colunas foram esculpidos num modestíssimo boleado sujeito a forte achatamento, os outros elementos apresentam um tímido vazado que os reduz a uma silhueta delineada como um fino cordão. Falta na composição a mestria da distribuição dos elementos decorativos, e falta na técnica o domínio da matéria. Assim, forçoso é concluir que estamos na presença de uma peça saída de um oficina local, pelo que recusamos a sua classificação como bizantina e apoiamos a classificação mais correntemente proposta de visigótica.

Lembremos como, na sua longa peregrinação pelas terras do Império Romano, os Godos se deixaram contaminar e acabaram adoptando Roma como o seu modelo. É, aliás, na qualidade de «foederati» que os Visigodos se instalaram na Península. Um elemento entrelaçado aqui, um elemento geométrico acolá, a possível utilização de letras do seu alfabeto mágico e sagrado (°) são reminiscências quase insignificantes da sua herança cultural própria. Fora e dentro da Península Ibérica os modelos inspiradores das suas obras encontram-se no velho mundo romano em desaparecimento e na magnífica Bizâncio.

Finalmente, resta acrescentar um dado de alguma importância. Com excepção do cipo romano, todas as pedras de feitura pré-românica estão in-

sertas em partes românicas, originais, da Sé. Vejamos. O segundo contraforte da torre Sul pertence à primitiva Sé românica. Se teve restauros, eles situam-se a média altura e não ao nível actual da rua. O primeiro contraforte da torre Norte da Sé é também de origem da fundação e o mesmo acontece com o penúltimo contraforte da fachada Norte, o qual corresponde ao braço do transepto, embora apresente sinais ostensivos de restauro a nível da rua. Os contrafortes originais da fachada Norte (exceptuando a torre e o braço do transepto já referidos) foram mascarados pela construção da capela de Bartolomeu Joanes. Atrio Lateral e Camarim do Patriarca. Quatro dos contrafortes da fachada Sul ficaram escondidos pela construção da Sacristia. O mesmo aconteceu com os respectivos troços de parede de um e outro lado. Não haverá material reaproveitado a acrescentar a esta modesta lista? Material sem trabalho escultórico, mas indubitavelmente proveniente de reaproveitamento, está patente ao longo dos lanços de parede entre o segundo contraforte da torre Sul e a parede da Sacristia. Se algumas dessas pedras, de grandes dimensões, que voltam para nós uma face lisa, têm lisas também as suas outras faces é uma questão que poderá ficar para sempre sem resposta.

#### BIBLIOGRAFIA

- 1) Andrade, José Manuel Pita de — «Les Trésors de l'Espagne d'Altamira aux Rois Catholiques». Ed. SKIRA, Genève, 1967.
- 2) Athayde, Manuel Maia — «Monumentos de Lisboa». Coleção «Arte e Turismo» Edição da Câmara Municipal de Lisboa, s/d.
- 3) Barreiros, (Cónego) Manuel de Aguiar — «Ainda o Sarcófago Romano-Cristão da Sé de Braga» — in «Bracara Augusta», Vol. IV, Fasc. 1-3 (22-24). Dezembro, 1952.
- 4) Beigeber, Olivier — «Lexique des Symboles». Coleção «Introduction à la Nuit des Temps», Vol. V. Ed. Zodiaque, 1969.
- 5) Campos, J. Correia de, — «Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal». Edição do autor. Lisboa, 1970.
- 6) Correia, Vergílio — «A Época Visigótica», in «História de Portugal», dir. por Damião Peres, Barcelos, vol. I, 1928.
- 7) Correia, Vergílio, — «Construção Visigótica» in «O Instituto», Vol. 90.º. Coimbra, 1936.
- 8) Castilho, Júlio de — «Lisboa Antiga», Vol. V. Ed. Câmara Municipal de Lisboa, 1970. Este volume contém a descrição da Sé feita pelo Eng.º Augusto Vieira da Silva e a justificação da época de construção pelo Arq.º António do Couto, 3.ª edição.

9) Feio, Alberto - «Um Sarcófago Bizantino da Sé de Braga», in «Bracara Augusta», Vol. III, Fasc. 1 (18). Junho, 1951.

10) Feio, Alberto, - «Mais Duas Palavras sobre o Sarcófago Bizantino de Braga», in «Bracara Augusta», Vol. IV, Fasc. 4 (25). Agosto, 1953.

11) Ferreira, Octávio da Veiga, - «Acerca duma Pedra Visigótica Ornamentada», Separata dos n.ºs 47/48 da «Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores», 1950.

12) Fontaine, Jacques - «L'Arte Preroman Hispanique I», Coleção «La Nuit des Temps», Ed. Zodiaque, 1973.

13) Gough, Michael - «The Early Christians», Thames & Hudson, London, 1961. Coleção «Ancient Peoples and Places», Vol. XIX.

14) Huyghe, René, - «L'Art e L'Homme», Librairie Larousse, Paris, 1958.

15) Lucena, Armando de, - «A Sé de Lisboa». Separata, s/d, da obra do autor «Arte Sacra em Portugal».

16) Maclagan, Michael - «A Cidade de Constantinopla», Coleção «História Mundi», Editorial Verbo, 1972.

17) Moita, Irisalva, - «As Termas Romanas da Rua da Prata», Ed. Câmara Municipal de Lisboa, 1976.

18) Palol, Pedro de - «Arte Hispanico de la Epoca Visigoda», Ediciones Polograf, S. A. Barcelona, s/d.

19) Pidal, Ramón Menéndez - «História de España», Tomo III, «España Visigoda» (444-711 de J. C.), 2.ª edição. Espasa-Calpe, S. A. Madrid, 1963.

20) Pijoan, J. - «História da Arte», Vol. III com a colaboração especial de Pedro de Palol. Publicações ALFA, Publicações Europa-América, Ltd.ª, 1972.

21) Rice, David Talbot - «Art of the Byzantine Era», The World of Art Library, Thames & Hudson, London, 1963.

22) Rice, David Talbot - «Byzantine Art», Pelican Books, 1962.

24) Saldanha, Fernando António de Almeida e Silva - «Arte Visigótica em Portugal» (Tese de Doutoramento em Arqueologia e História de Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Lisboa, 1962.

25) Saldanha, Fernando António de Almeida e Silva - «Notas sobre monumentos de Lisboa, sob a sigla F. A.», in «Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa», Tomo I, 1973.

26) Salvado, Salette Simões, e Ferreira, Seomara da Veiga - «O Jarro Litúrgico Visigótico da Coleção José Régio», separata da revista «Estudos Italianos em Portugal», n.º 40-41-42, 1980.

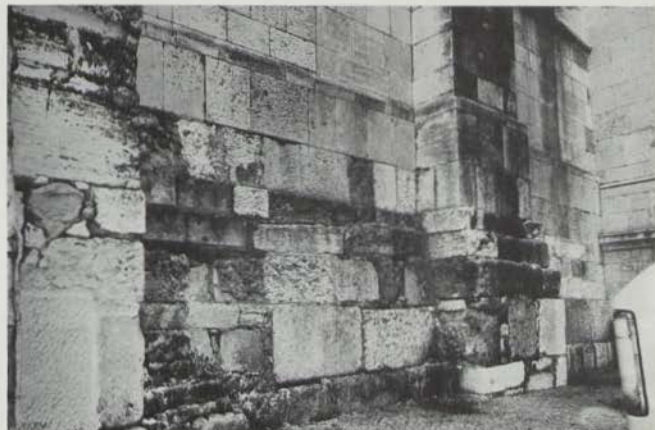
27) Santos, Reynaldo dos - «O Românico em Portugal», Editorial Sul, Ltd.ª, 1955.

28) Sas-Zalociecky, Wladimir - «Bizâncio», Coleção «Ars Mundi», Editorial Verbo, 1969.

29) Silva, Augusto Vieira da - «Epigrafa de Olisipo», Edição da Câmara Municipal de Lisboa, 1944.

30) Silva, Augusto Vieira da - «As Termas Romanas de Lisboa» in «Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais», n.º 13, Julho/Setembro, 1934.

Aspectos de silhares de diferentes tamanhos e qualidade reaproveitados no segundo contraforte da Torre Sul, no muro intermédio e no primeiro contraforte do corpo exterior da Sé, do mesmo lado. Todo este material esteve, durante séculos, coberto pelo adro alto que existiu no lado Sul da Sé



## NOTAS

(1) Embora vários autores tenham aventado a hipótese de o edifício romano do subsolo da Rua da Prata poder ser: Termas, Conservas de Água e Criptoportico — continua a usar-se a primeira designação que é enganosa. A circunstância de se encontrar inundado e de a população ter utilizado poços para dele retirar água levou à conclusão, um tanto confusa, de além de termas poder tratar-se de depósitos de água que serviram termas (supra-jacentes?) e também o abastecimento público através das clarabóias abertas para o exterior (as quais não parecem ser romanas!). Com efeito, os compartimentos conhecidos que compõem esta parte do edifício em nada se assemelham à estrutura de banhos públicos quer do tipo arcaico quer de época imperial. Abstraindo o facto de se encontrarem inundadas, estas estruturas (onde se encontram materiais desde o Séc. I ao IV d. C. e pensamos que também do Séc. XIX) sugerem uma parte de um vasto criptoportico destinado a suportar, com aproveitamento útil do seu espaço e da sua solidez, ou um grande edifício civil ou religioso, ou ainda um espaço público destinado à população, prolongado o espaço rochoso da actual Madalena e aumentando de modo artificial o escasso espaço da apinhada zona alta da cidade.

Aliás, duas coisas têm sido mal entendidas. A primeira é a da existência de um altar ou edícula (por muitos atribuída a Esculápio) numa galeria onde abriam os «olhos de água» e que ficaria, por isso mesmo, irremediavelmente inundada, o que constitui uma bizarra excepção no culto de qualquer divindade, nomeadamente Esculápio. A segunda é a da captação da água se fazer (seguindo os seus raciocínios) de uma forma bem estranha: a água brota de uma fissura natural no pavimento da galeria «das Nascentes», fissura essa a que corresponde uma outra ao longo da abóbada da mesma galeria. É óbvio que o fissuramento que de forma tão perceptível afectou esta galeria não é intencional, pois se o fosse nem tinha o aspecto que apresenta nem afectaria também a solidez de toda a construção. Assim, o fissuramento aconteceu depois da construção da galeria e certamente na sequência de um dos muitos abalos telúricos que afectaram a cidade desde, pelo menos, o Séc. I d. C. até aos nossos dias.

Quanto à inscrição dedicada a Esculápio, que obrigatoriamente todos associam a este edifício como se os dedicantes da mesma fossem os seus construtores, o seu texto não é concludente e as circunstâncias do seu achamento são insuficientemente claras e o seu relacionamento questionável. Se atendermos ao que diz Vieira da Silva na «Epigrafia de Olisipo», aquilo que habitualmente se designa por «lápide» seria originalmente um elemento mais ou menos cúbico, depois sujeito a desbaste para utilização ulterior. Aliás, se fosse uma lápide, não faria sentido a depressão escavada na parte superior que, segundo o mesmo olisipógrafo, se destinava a permitir a fixação de um elemento escultórico.

Assim, tudo quanto temos, resume-se a um edifício, hoje totalmente subterrâneo, correspondendo a parte do «miolo» de um complexo mais vasto. A parte conhecida, em momento ainda não definido da sua existência, fendeu ao longo de uma galeria, brotando ao longo dessa fenda água em borbotões. Em 1859, quando em resultado de obras no colector da Rua da Prata os responsáveis desceram ao subsolo, deparou-se-lhe o edifício conhecido desde 1770 e foi retomada a «lenda» das termas romanas da Rua da Prata. (Esta nota resume muito sinteticamente considerações

mais vastas que constituíram matéria de duas aulas de S.S. na Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos, em Novembro de 1983).

(2) A única referência a este silhar parece ser a da autoria de D. Fernando de Almeida em «Monumentos do Distrito de Lisboa», Tomo I: «No cunhal noroeste, há mais uma pedra com lavor romano, igual ao da anterior; mas nada mostra de visigótico na parte que está à vista». D. Fernando de Almeida enganava-se, porém, num ponto crucial: o «lavor» não era igual ao do outro lintel romano.

(3) Vide Fig. 11.

(4) «Arte Visigótica em Portugal».

(5) Vide Fig. 29.

(6) Maia Athayde, op. cit.

(7) Esta classificação encontra-se em Correia de Campos.

(8) A classificação de visigótico encontra-se em Vergílio Correia, Veiga Ferreira, D. Fernando de Almeida, Pedro de Palol, etc.

(9) Pedro de Palol em «El Arte Visigodo en España», pág. 62, diz sobre esta pedra: «Placa ornamental com animais bajo arcos de herradura y dentro de amplio y jugoso friso vegetal inspirado en sedas orientales corresponde a las formas típicas criadas en el siglo VII por los artistas del taller de Olisipo (Lisboa). Se halla empotrada en un contrafuerte exterior de la catedral vieja de Lisboa».

(10) Discordamos de Pedro de Palol no que respeita à atribuição da fonte inspiradora unicamente às sedas bizantinas. Cremos que, neste caso, o artista se inspirou em modelos «arquitectónicos» vulgares em sarcófagos desde o Séc. IV d. C. e em elementos da arquitectura religiosa vulgares na Península em todo o Séc. VII. Pelo contrário, as pilastras ditas «de Chelas» seguem, de facto, o modelo dos tecidos luxuosos de Bizâncio.

(11) Vide «Vaso Litúrgico Visigótico da Casa-Museu José Régio», Salete Salvado e Seomara da Veiga Ferreira.







dos sabida residência da Severa, na Rua do Capelão, outras ainda: na Rua da Amendoeira, também na paróquia do Socorro, e nas da Bemposta e do Terreirinho e na Calçada de Santo André, estas na dos Anjos. Tentei localizá-la nos róis de desobriga do Socorro respeitantes aos anos de 1830, 1836, 1837, 1843 e 1846 sem qualquer resultado (aliás, o recenseamento, sobretudo nas «vuelas do pecado», era feito muito por alto). Tentativa idêntica fiz nas «derriscas» dos Anjos (anos de 1823 a 1836, 1839, 1842, 1843 e 1845). Sem chegar a resultado mais positivo que uma hipótese um tanto perturbante.

Nos róis dos Anjos respeitantes a 1831 e a 1833 aparece relacionada, na Rua Direita da Graça, uma Maria Severa, que vivia sozinha e a quem o arrolador, consciente ou inconscientemente, homenageia dando-lhe um inusual destaque, grafando-lhe o nome com letra mais grada e realçando-o, isolado, num invulgar espaço em branco. Se a Maria Severa do rol é a que virá a distinguir-se como cantadeira é permissível a suspeita de que o recenseador, admitindo-o ou não, partilhasse o ímpeto de gula lírica de Bulhão Pato («Que mulherão! que belo mulherão!») e fosse capaz de compreender o comentário do conselheiro António de Serpa Pimentel, a propósito da repreensão recebida quando, sendo aspirante, tivera a juvenil imprudência de, fardado, embarcar para viagem a Citera no batel da cantante meretriz: «Oh, senhores, uma mulher daquelas até se deveria visitar de grande uniforme e não com farda de passeio!!!» (é Sousa e Costa que, a pág. 19 da sua *Severa*, nos revela estes desabaços do chefe do Partido Regenerador e do autor de *Sob os ciprestes*, da *Paqueta*, e, *the last but not the least*, da sapiente receita de amêijoas).

E se a Maria Severa das «desarriscas» dos Anjos é a mesma que cantava e batia o fado e que em 1846 acabou numa vala do Alto de S. João, somos ainda obrigados a concluir que os seus encantos foram muito precoces e que igualmente precoce foi a sua vida sentimental (se é que o determinativo não é dolorosamente desajustado). De facto, tendo a Severa morrido em 1846 com 26 anos, no princípio de 1831, quando terá sido elaborado o rol para esse ano, ela não tinha ainda completado 11 anos. É impossível que, com essa idade, a Severa estivesse com casa posta,

Aspecto actual (1984)  
da casa da Rua do Capelão  
onde faleceu a Severa





Em doze de Setembro de mil oitocentos e vinte nesta Paro-  
 chial dos Anjos sub conditione baptizei a Maria, filha de Severo  
 e Manoel, baptizado na freguesia da São Nicolau da Villa de  
 Santarem deste Patriarcado; e de Anna Gertrudes, baptizada na de Santa  
 e Maria da Ponte do Sôr bispado de Portalegre, rector da dita Santa  
 Cruz da dita Villa de Santarem, e moradores nesta dita Anjos, nas  
 Barracas do Monte — e nasceu em vinte e seis de Julho passado.  
 Casado na freguesia de Maria casado, morador no Largo do Conde de  
 S. Maria — e Madrinha da freguesia Justina Maria. E para constar fiz  
 este termo que assignei.

(Inscr. Luciano José de Mendonça e Souza)

nos livros de registo da Décima da freguesia de Santos respeitantes aos anos de 1819 a 1821; todavia, sua filha não nasceu na Madragoa, mas sim, tal como o autor desta contribuição para a sua biografia, na paróquia dos Anjos.

De facto, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a F. 94 do L.º 20 de Baptismos desta freguesia, encontra-se o assento seguinte:

«Em doze de Setembro de mil oitocentos e vinte nesta Parochial dos Anjos sub conditione baptizei Maria, filha de Severo Manoel, baptizado na freguesia de São Nicolau da Villa de Santarem d'este Patriarcado; e de Anna Gertrudes, baptizada na de Santa Maria da Ponte de Sôr, bispado de Portalegre, recebidos na de Santa Cruz da dita Villa de Santarem, e moradores n'esta dos Anjos, nas Barracas do Monte — Nasceu em vinte e seis de Julho passado. Padrinho Jozé Maria, casado, morador no Largo do Conde de Pombeiro — Madrinha sua sogra Justina Maria. E para constar fiz este Termo que assignei. O Prior Licenciado Jozé Ferraõ de Mendonça e Souza».

Fica apurado portanto que a Severa

nasceu de legítimo matrimónio e que devia dar poucas garantias de sobrevivência ao nascer, pelo que lhe terá sido administrado o baptismo nessa ocasião (e, sub conditione, de novo, na igreja, um mês e tal depois).

Do registo do casamento dos pais (A.N.T.T., Santa Cruz de Santarém, L.º 2 de Casamentos, F. 25) consta que este se realizou em 27 de Abril de 1815, que Severo Manuel era filho de pais incógnitos e Ana Gertrudes de Alberto José Lobo e Quitéria Maria. Este termo, além de contribuir modestamente para a ramificação da árvore de costados de Maria Severa, mostra, juntamente com o acima transcrito, que o adoptado nome de Onofriana não foi inspirado pelos de avós ou padrinhos (como também o não foi pelos dos santos dos dias de nascimento e baptismo).

Algo mais fica a saber-se a respeito da Severa, ainda que pouco. E o esforço para o conseguir pode ser tomado como uma homenagem àquela que, na vivência do seu fado breve e triste, encarnou o Fado, que tanto diz à sensibilidade de tantos de nós.

(<sup>1</sup>) Dr. Amaro de Almeida, «De que morreu a Severa?» (Olisipo, n.º 30, Abril de 1945).

(<sup>2</sup>) Melhor dizendo, este é o mais recente livro a respeito do fado. De facto, não é justo esquecer os muito interessantes artigos que lhe são dedicados no n.º 1 da revista *Ethnologia*.



# AZULEJOS DE FACHADA EM LISBOA — IV

## d) BREVE ANÁLISE DOS PADRÕES

A azulejaria de fachada insere-se claramente na tradição dos *tapetes* do século XVII. Tal como nestes, os azulejos agrupam-se para formar padrões que modificam e modelam as superfícies em que se encontram aplicados, introduzindo importantes elementos decorativos.

Por vezes os desenhos não se articulam nitidamente entre si, limitando-se a sugerir um salpicado colorido que se distribui uniformemente nas áreas recobertas. Mas, na maioria dos casos, os padrões, ao repetirem-se, geram linhas de força ora perpendiculares, ora diagonais, que destroem a estática das fachadas e lhes adicionam factores dinâmicos. Os azulejos desempenham assim um papel essencial no aspecto dos edifícios, contrariando quer o excesso de linhas verticais quer a monotonia de uma arquitectura dominada pela sobriedade.

Nos azulejos de fachada, os padrões, de estrutura habitualmente simples, são, na grande maioria dos casos, constituídos por quatro azulejos iguais. Só muito raramente se encontram composições mais complexas em que são utilizados azulejos com desenhos diferentes os quais formam padrões que, contudo, nunca incluem mais do que quatro elementos. Este facto contrasta com os *tapetes* do século XVII em que são muito frequentes os padrões constituídos por um elevado número de azulejos.

Convém deixar bem claro que esta analogia com os *tapetes* do século XVII não pode ser aplicada com rigor a todos os azulejos de fachada. Nalguns casos, cada azulejo comporta-se como elemento autónomo que contém um padrão e que não se articula com os azulejos vizinhos. Mas como os desenhos são quasi sempre composições abstractas, o aspecto do conjunto, obtido pela repetição dos elementos singulares, assemelha-se muito ao dos *tapetes*.

É importante realçar que, ao ser retomada a tradição dos *tapetes*, não se verificou a tendência para copiar os padrões que se encontram nos painéis do século XVII. Certamente, porque as razões que levaram a este regresso ao passado, nada tiveram a ver com motivações de ordem estética, mas antes com razões essencialmente práticas. A



Fachada de azulejos lisos com friso de grega.  
R. Capitão Renato Baptista, 68

Fig. 30



Azulejos estampilhados  
inspirados em motivo hispano-árabe.  
R. dos Prazeres, 44

Fig. 31 a e b



revolução industrial do século XIX trouxe profundas modificações ao sistema produtivo e à mentalidade empresarial. A necessidade de adaptar o sistema às novas tecnologias e aos mais modernos métodos de fabrico, influenciaram todo o parque industrial e, muito naturalmente, as fábricas de cerâmica. O modelo dos *tapetes* do século XVII, em que um único elemento se repete para formar padrões de quatro azulejos iguais, era o que melhor se adaptava às exigências da produção em série que então se iniciava. As fábricas encontravam assim a solução ideal para revestir com azulejos extensas superfícies, produzindo um único protótipo para cada encomenda. A diversidade imposta pelos painéis historiados do século XVIII, dava de novo lugar à uniformidade que caracterizava os *tapetes* e que se revelava mais compatível com o fabrico rápido, estandardizado e competitivo.

As técnicas de estampilhagem e de estampagem, que surgiram também por essa altura como alternativa à pintura manual, iriam representar outro contributo importante para a modernização do fabrico do azulejo. Mas, também elas, viriam influenciar decisivamente a expressão plástica da azulejaria de fachada a qual foi, aliás, atacada com violência por alguns críticos de arte da época.

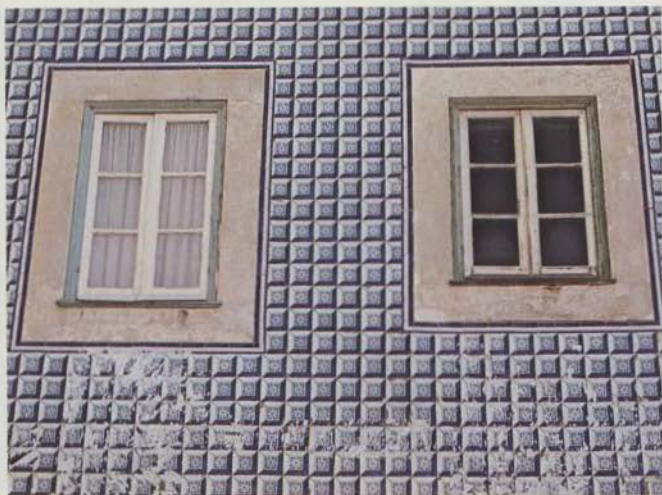
Assim, Augusto Cardoso Pinto reconhece que as fábricas de cerâmica foram forçadas a rebaixar a qualidade dos seus produtos de forma a torná-los mais baratos e, portanto, acessíveis às camadas sociais de recursos modestos (<sup>17</sup>). Por sua vez, Joaquim de Vasconcelos refere-se com frequência nos seus escritos à inferioridade dos azulejos industriais que considera a uma grande distância dos azulejos antigos. Nas suas críticas aponta erros evidentes da escala dos desenhos, assim como pobreza das cores e reduzida variedade de padrões, não poupando os azulejos de relevo que, segundo ele, produzem um efeito triste. Mas em contrapartida, não é capaz de propor soluções válidas que tenham em conta as transformações trazidas pela revolução industrial e pela transformação capitalista da economia. Limita-se a defender um regresso ao passado o que na época era já completamente impossível e, de certa forma, indesejável (<sup>18</sup>).

Os azulejos de fachada, pelo simples facto de estarem colocados no exterior dos prédios, podem ser vistos a distâncias muito variáveis. Este facto põe em realce um aspecto muito característico deste tipo de azulejaria, que consiste em obter diferentes leituras do desenho em função da distância a que se coloca o observador. Quando vistos ao pé, além dos pormenores do desenho,

definem-se claramente certas figuras geométricas; mas ao longe surgem com frequência e, como por encanto, novas formas e linhas de força totalmente insuspetadas.

Aliás, este fenómeno verifica-se igualmente em relação ao próprio colo-

de fachadas revestidas com azulejos lisos todos da mesma cor: brancos, amarelos, azuis, cor-de-rosa, verdes ou *grenats*. Esta forma de utilização do azulejo, aliás pouco frequente, traduz uma preferência pelos aspectos utilitários em prejuízo dos efeitos decorati-

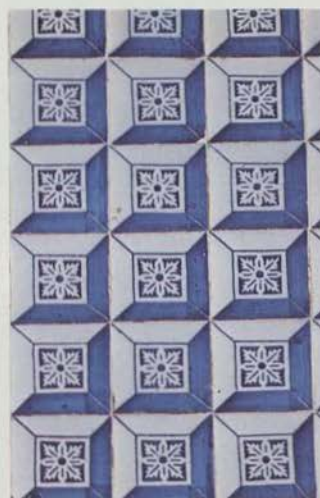


rido: certos padrões em que as diferentes cores do desenho se apresentam nitidamente separadas quando vistas ao pé, adquirem à distância uma tonalidade geral diferente como se as cores se misturassem ou como se novos tons surgissem.

A luminosidade desempenha também um papel importantíssimo no efeito produzido pelos azulejos de fachada. Nos dias de céu descoberto os raios solares reflectem-se intensamente nas zonas mais expostas, criando superfícies espelhadas em que os desenhos dificilmente se distinguem, enquanto que nos dias encobertos, os azulejos ganham uma nova riqueza de colorido e os desenhos adquirem uma impressionante nitidez. Tudo o que acabámos de referir se traduz numa grande variedade decorativa e numa permanente fonte de surpresas.

A pesquisa dos elementos estéticos que influenciaram os azulejos de fachada constitui uma tarefa ao mesmo tempo complexa e apaixonante. Trata-se de descobrir o peso relativo que tiveram na criação dos desenhos, por um lado a tradição da azulejaria portuguesa anterior ao século XIX e, por outro lado, as novas modas importadas do estrangeiro, assim como a capacidade dos nossos artifices para criar modelos originais.

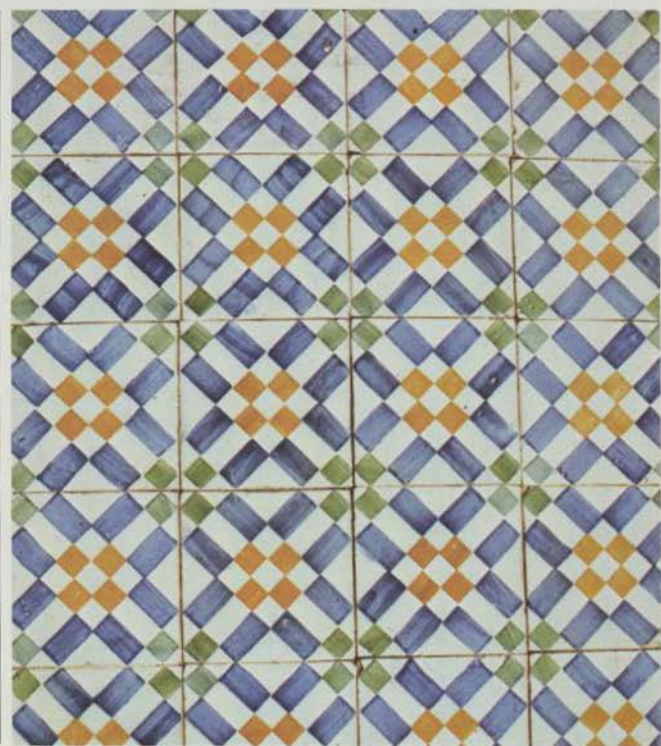
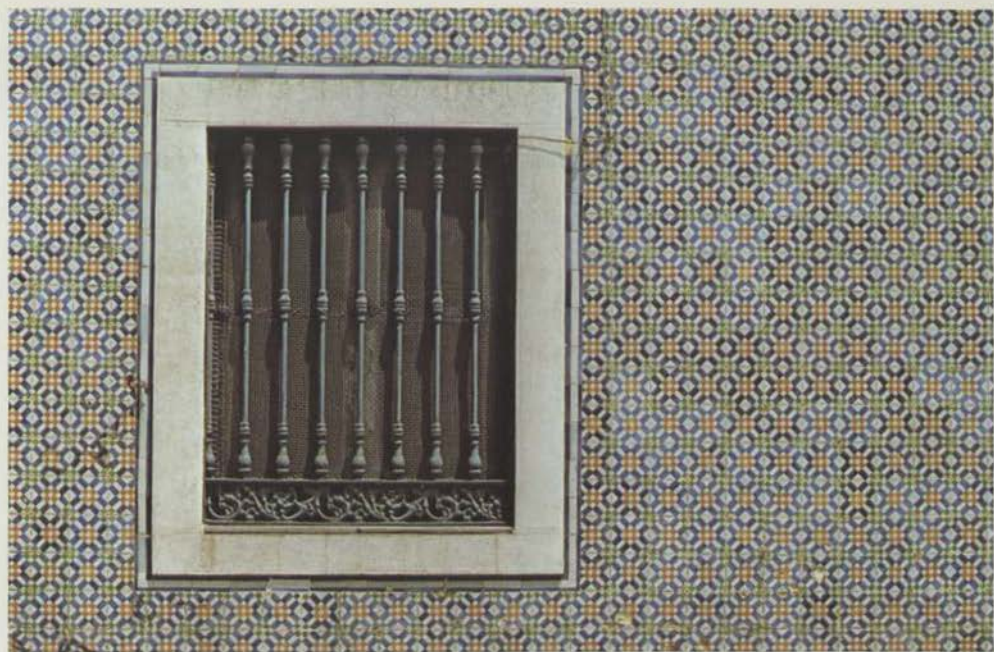
A este respeito há que referir, em primeiro lugar, a existência em Lisboa



Azulejos estampilhados inspirados no padrão «ponta de diamante» do século XVII.

R. Alexandre Sá Pinto, 75

Fig. 32 a e b



Azulejos estampilhados  
com influências dos padrões enxaquetados  
do século XVI.

Travessa das Galinheiras, 4

Fig. 33 a e b



Azulejos estampilhados  
inspirados em desenho pombaíno.  
R. do Salitre, 28  
Fig. 34



Azulejos estampilhados muito frequentes  
em Lisboa que se supõe terem  
sido inspirados  
num padrão inglês.  
Campo Grande, 183  
Fig. 37 a e b





Azulejos estampilhados da Fábrica Viúva Lamego. O padrão, conhecido pelo nome de «bicha da praça», foi produzido em várias fábricas e supõe-se ser cópia de um desenho holandês. Largo do Mitelo, 21

Fig. 38

vos. Contudo, muitos destes exemplares acompanham-se de frisos de tom mais escuro ou com um acento. (Fig. 30) Estes frisos que realçam os acidentes dos vãos das fachadas desempenham um importante papel na integração dos azulejos na arquitectura e inserem-se numa tradição que remonta à azulejaria do século XVII a qual, como vimos, utilizava cercaduras e barras para guarnecer os painéis. Entre os azulejos lisos utilizados nas fachadas os brancos são, de longe, os mais raros. É possível que a intensa luminosidade, tão característica da cidade de Lisboa, tenha desaconselhado a sua aplicação nos exteriores. O prédio situado no número 285 da Rua da Rosa é um dos raros casos em que a fachada se encontra totalmente revestida com azulejos brancos. Este prédio tem merecido referências de vários especialistas em azulejaria<sup>(15-19)</sup> pela forma simples, mas eficaz, como os azulejos se integram na arquitectura através do recurso a um friso de *galão* que envolve intimamente todos os acidentes da cantaria.

Mais raramente encontram-se, em Lisboa, fachadas com azulejos lisos, de duas cores diferentes, alternando entre si e aplicados em diagonal. Esta forma simples de aplicação do azulejo não pode deixar de lembrar os velhos padrões de composição em xadrez do século XVI, que foram utilizados com excelentes resultados decorativos no interior de palácios e de igrejas.

Alguns padrões das fachadas inspiram-se nitidamente em motivos hispano-árabes, mas as técnicas de fabrico e as qualidades plásticas dos azulejos variam bastante. (Fig. 31 a e b) Uns são estampilhados, outros estampados e outros ainda aerografados. A Fábrica de Faiança das Caldas levou mais longe a recriação dos exemplares hispano-árabes ao produzir azulejos cujos desenhos são marcados por relevos moldados na chacota os quais, não tendo a função de separar as cores tal como nos exemplares de aresta do século XVI, lhes conferem contudo uma excelente qualidade decorativa. (Fig. 23 - Rev. Mun. «Lisboa», n.º 5 e 6, 1983)

Embora muito pouco frequentes, existem em Lisboa algumas fachadas revestidas com cópias fiéis de padrões utilizadas nos *tapetes* do século XVII. Noutros casos a cópia não é fiel mas não passa despercebida uma clara influência daqueles padrões. É aqui que cabe referir um exemplar em que são evidentes as reminiscências do padrão conhecido por *ponta de diamante* que foi utilizado no revestimento interior das nossas igrejas, na transição do século XVI para o século XVII. (Fig. 32 a e b)



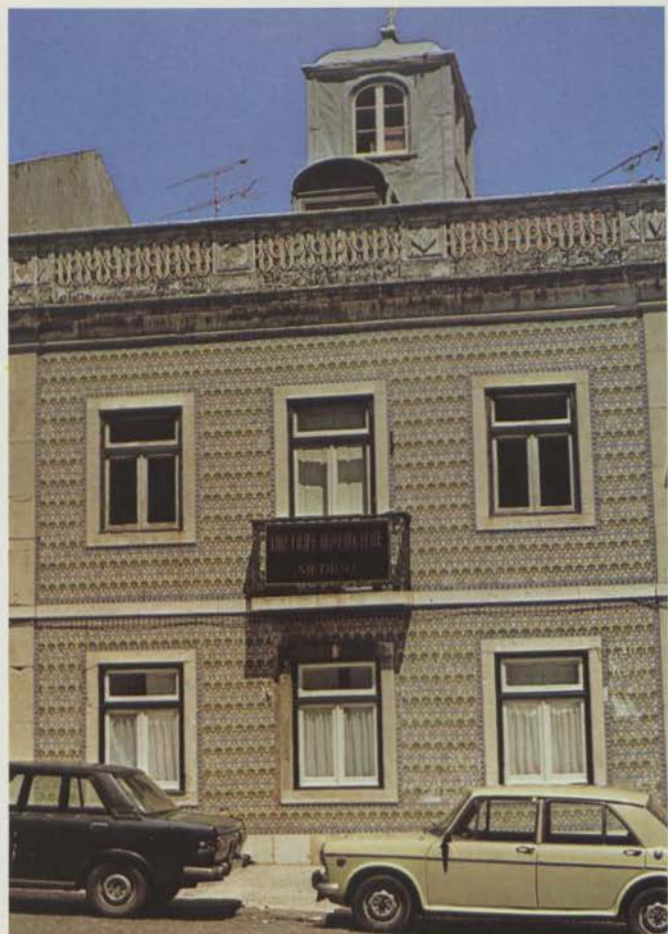
Padrão de azulejos estampilhados formado por dois elementos diferentes.  
R. das Trinas, 20

Fig. 39 a e b

Os chamados *azulejos de caixilho* inspiraram alguns padrões de fachada do século XIX. Mas o desenho destes é mais miúdo e as cores dos padrões policrómicos são diferentes das que foram utilizadas nos exemplares do século XVII. (Fig. 33 a e b)

Alguns padrões de fachada constituem claras recriações de motivos quer pombalinos, (Fig. 34) quer neoclássicos. Contudo, estes exemplares são extremamente raros ao contrário do que seria de esperar, sobretudo no que diz respeito aos azulejos pombalinos. Sabendo-se que estes azulejos se encontram em grande quantidade nos vestibulos e escadarias dos prédios da Baixa lisboeta, não deixa de surpreender que viessem a influenciar tão pouco os nossos oleiros quando, no século XIX, se iniciou a produção de azulejos de fachada e tiveram de encontrar novas fontes de inspiração.

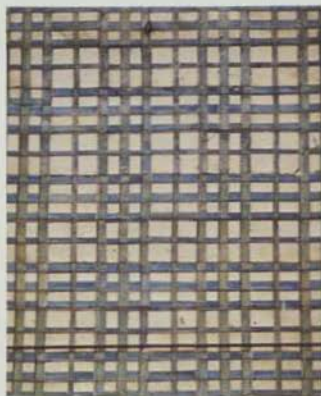
Um escasso número de padrões é constituído pela repetição do azulejo de canto de painéis mais complexos. É o caso do padrão conhecido pelo nome de *batalha* produzido na Fábrica Viúva Lamego. Mais interessante é outro padrão que utiliza um azulejo que se encontra com frequência a formar o canto de painéis seiscentistas. (Fig. 35 a e b) A versão usada nas fachadas reproduz o mesmo desenho, mas distingue-se,



Padrão de azulejos estampilhados  
formado por dois elementos diferentes  
segundo a fórmula  $2 \times 2/2$ .  
Calçada da Ajuda, 82  
Fig. 40 a e b



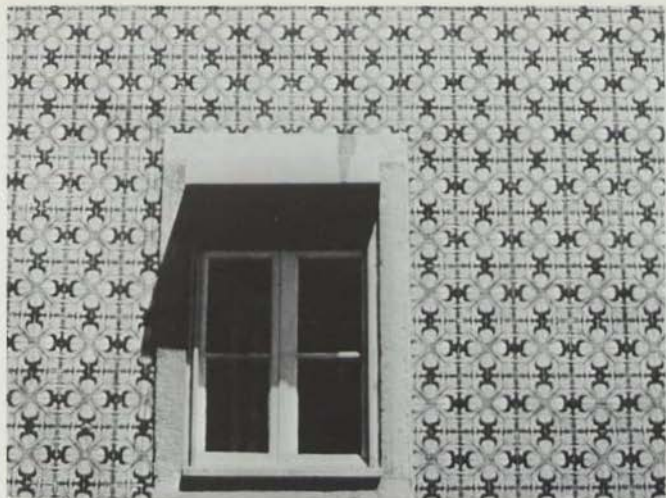
Azulejos estampilhados.  
Padrão formado por quatro azulejos  
simétricos dois a dois.  
R. Cidade da Horta, 6  
Fig. 42



Azulejos estampilhados. Padrão invulgar  
em cuja constituição entram  
quatro azulejos diferentes.  
R. da Boavista, 140  
Fig. 46 a e b

Azulejos estampilhados  
cujo desenho aparece com frequência  
em painéis do século XVII.  
Calçada do Moynho de Vento, 10

Fig. 35 a e b



Padrão muito frequente em Lisboa  
que foi produzido  
por várias fábricas  
R. D. Estefânia, 35  
Fig. 36 a



Desenho de um azulejo inglês  
produzido na Fábrica Minton  
Fig. 36 b



Azulejos estampilhados. O desenho do padrão, formado por dois azulejos diferentes, não apresenta – ao contrário do que é habitual – centros de rotação.

R. Maria, 25

Fig. 41



Azulejos estampilhados. Padrão formado por quatro azulejos simétricos dois a dois.

R. do Conde Barão, 37

Fig. 43 a e b

não apenas pela técnica de fabrico que utiliza a estampilha, como também pelas cores que são o azul e branco, enquanto no original do século XVII se inclui também o amarelo.

No conjunto, todos estes exemplares inspirados em padrões mais antigos não representam senão uma pequena fracção dos azulejos de fachada. Os restantes, que são a maioria, estão ligados a tendências estéticas que pouco têm a ver com o passado e reflectem os gostos da época.

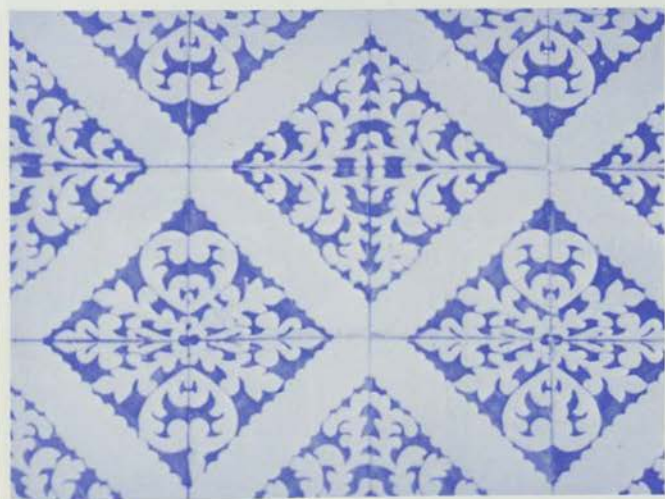
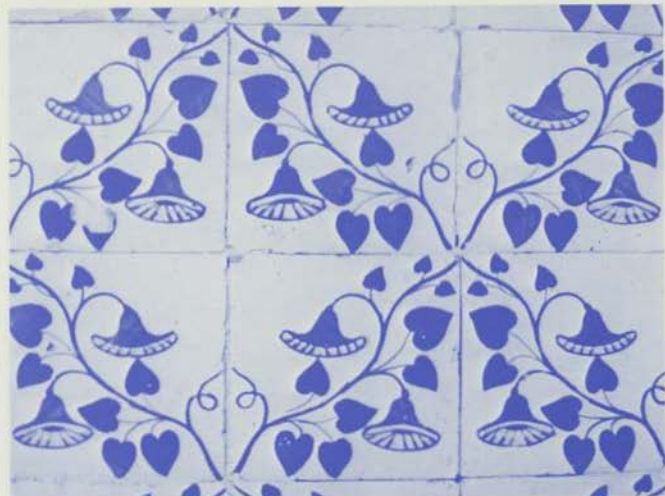
Em muitos deles são evidentes influências importadas do estrangeiro. Países como a Inglaterra, a França e a Holanda, já nessa altura lançados numa transformação profunda dos seus processos industriais, possuíam uma grande penetração no nosso mercado interno. A Fábrica de Sacavém, por exemplo, passou desde muito cedo, a estar ligada a empresários ingleses. Não admira, por isso, que, quer directamente através do conhecimento de catálogos ou da importação de matrizes, quer indirectamente pela divulgação de desenhos dos tecidos ou dos papéis de parede, a influência de motivos estrangeiros tenha marcado a azulejaria de fachada do século XIX.

A este respeito, convém fazer referência a alguns casos concretos. Um dos padrões mais frequentes das fachadas de Lisboa, que foi aliás reproduzido por várias fábricas em diversas cores e utilizando técnicas diferentes, existia nos catálogos da Minton & Co. por volta de 1881. Embora se notem diferenças na escala e em certos pormenores do desenho, a semelhança é flagrante e a relação parece indiscutível. (Fig. 36 a e b) Este padrão, muito frequente em toda a cidade, foi produzido pelo menos por três fábricas: Sacavém, Desterro e Devezas. Mas enquanto as duas primeiras usaram a estampagem, Devezas recorreu, como habitualmente, à técnica da estampilha.

Segundo Mário Barata, existe, além deste, outro padrão muito expandido em Lisboa que se inspirou igualmente num azulejo produzido pela Minton & Co. em 1880<sup>(20)</sup>. (Fig. 37 a e b)

Dora Alcântara, no seu recente livro «Azulejaria Portuguesa em São Luís de Maranhão», refere-se à influência francesa nalguns padrões portugueses aplicados em fachadas daquela cidade e que existem também em Lisboa. Em sua opinião as características dos desenhos, que são dominados pelos motivos miúdos feitos com pontilhados e tracejados, estão relacionadas com o facto de não serem utilizadas, na estampilha, matrizes com aros.<sup>(21)</sup>

A semelhança de um padrão português com outro fabricado pela Maison Fourmaintraux-Hornoy é igualmente registado pela mesma autora.



Azulejos estampilhados, monocromáticos. Este padrão formado por quatro elementos simétricos dois a dois é mais frequente na variante policromática. Calçada do Monte, 15  
Fig. 44

Azulejos estampilhados. Padrão formado por quatro azulejos simétricos dois a dois. R. da Bela Vista à Lapa, 45  
Fig. 45

Foi ainda Dora Alcântara que, na consulta que fez aos catálogos das fábricas holandesas, encontrou alguns padrões idênticos aos portugueses, pertencentes à Keninklijke Fabrik van Murrtegels de Harlingen e à Gebr. Revesteyn de Utrecht. Um destes padrões, de provável influência holandesa, é conhecido entre nós por «bicha da praça». (Fig. 38) Dora Alcântara chama-lhe «estrela e bicha» e refere que na Holanda tinha o nome de «Viersterren» (quatro estrelas).

Como já dissémos, os padrões utilizados nas fachadas são, na sua maioria formados por quatro azulejos iguais, segundo a fórmula  $2 \times 2/1$  proposta por Santos Simões<sup>(22)</sup>. Mais raramente, encontram-se padrões, constituídos por dois azulejos diferentes, segundo a fórmula  $2 \times 2/2$ . (Fig. 39 a e b, 40 a e b e 41) As diferenças entre os vários elementos podem residir apenas na cor ou apenas no desenho, mas também pode acontecer que, embora o desenho seja igual, cada azulejo se comporte em relação a outro como a sua imagem num espelho, de tal maneira que um é considerado «direito» e outro «esquerdo». Fica assim formado um padrão de azulejos iguais e simétricos 2 a 2. (Fig. 42, 43 a e b, 44 e 45)

Merece referência especial o prédio da Rua da Boavista, n.º 140, cujo invulgar padrão, formado por quatro azulejos diferentes, se poderá exprimir pela fórmula  $2 \times 2/4$ . O desenho é bastante simples e consta de faixas horizontais e verticais que se entrecruzam. (Fig. 46 a e b)

#### NOTAS

(17) PINTO, Augusto Cardoso — Faiança da Antiga Fábrica de Viana — citado por Dora Alcântara em «Azulejos Portugueses em São Luís de Maranhão», Ed. Fontana, Rio de Janeiro, 1980.

(18) VASCONCELOS, Joaquim de — Revista da Sociedade de Instrução do Porto — vol. 3, 1882, citado por Dora Alcântara em «Azulejos Portugueses em São Luís de Maranhão», Ed. Fontana, Rio de Janeiro, 1980.

(19) MECO, José — in catálogo da «Exposição de Azulejos de Lisboa», Câmara Municipal de Lisboa, 1984.

(20) BARATA, Mário — Azulejos no Brasil — citado por Dora Alcântara em «Azulejos Portugueses em São Luís de Maranhão», Ed. Fontana, Rio de Janeiro, 1980.

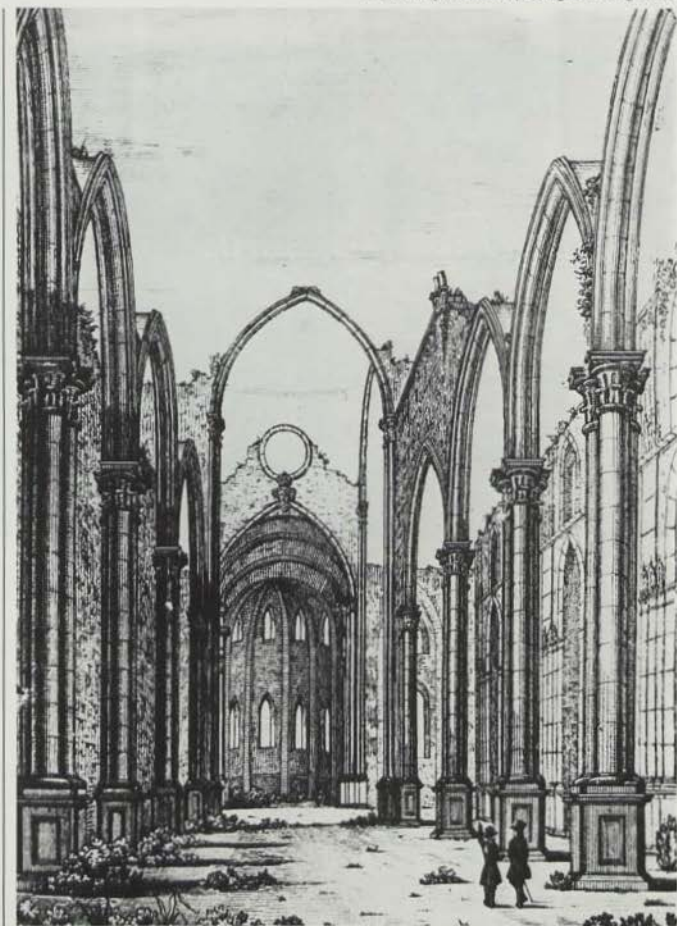
(21) ALCÂNTARA, Dora — Azulejos Portugueses em São Luís de Maranhão — Ed. Fontana, Rio de Janeiro, 1980.

(22) SIMÕES, J. M. dos Santos — Azulejaria nos Açores e na Madeira — Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1963.

# AS ACTAS DAS SESSÕES DE ESTUDOS OLISIPONENSES DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

– II

A igreja do Carmo antes dos trabalhos  
de adaptação para aí se instalar  
a Associação dos Arqueólogos Portugueses



SUMARIAÇÃO  
DE JOAQUIM PARRO

NOTAS  
DE FRANCISCO SANTANA  
E JOAQUIM PARRO

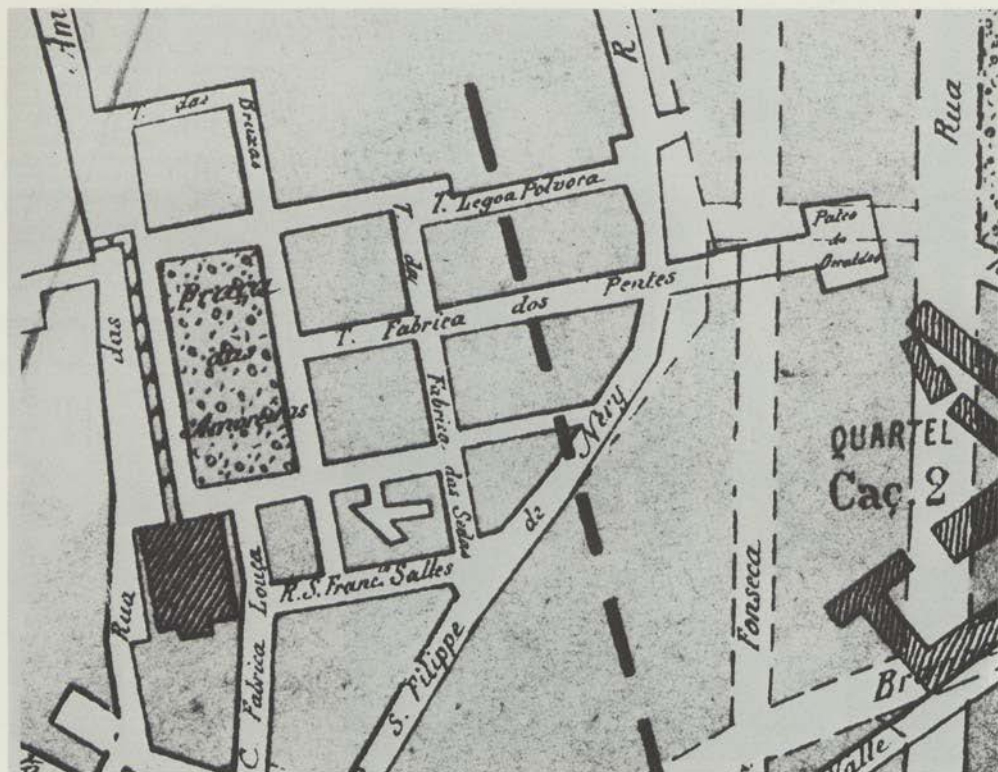
ILUSTRAÇÃO E LEGENDAS  
DE F. CASTELO-BRANCO



A capela-mor e os absidiolos foram fechados para aí se realizarem as actividades da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Um dos absidiolos da Igreja do Carmo adaptado a biblioteca da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Aí se realizavam normalmente as sessões de estudo





«...a demolição do edifício do Pátio do Giraldes.»  
 Este pátio encontrava-se entre as actuais ruas Rodrigo da Fonseca e Castilho, tendo desaparecido em virtude da urbanização realizada nessa área

SESSÃO DE 25 DE JANEIRO DE 1918

O sócio D. José Pessanha lamentou a demolição do edifício do Pátio do Giraldes (próximo da Avenida da Liberdade, do lado ocidental, onde viveu o Marechal-Duque de Saldanha) sacrificado à abertura «das Novas Avenidas» e cheio de interesse, «sobretudo pelas formosíssimas chaminés no estilo das de Cintra» (sic), acrescentando que «a Comissão dos Monumentos» se tem interessado pela sua conservação» (sem qualquer resultado, pois foi demolido).

Referindo-se à remoção do gasómetro junto à Torre de Belém, D. José Pessanha manifestou a esperança de que a mesma venha a concretizar-se brevemente.

José Queirós disse da preocupação da secção quanto a esse problema e Ganhado lembrou que se solicitasse a comparência de Matos Sequeira pois tem sido ele que muito se tem interessado por «tão grande» assunto.

Acerca do edifício do Pátio do Giraldes propõe «o desvio do alinhamento da Rua Castilho para conservar a casa». (!)

José Queirós referiu-se, com louvor, à recente Exposição de Pintura e Escultura promovida pela Sociedade Nacional das Belas-Artes salientando não estarem ali representados trabalhos de Simões de Almeida, Carlos Reis e Velloso Salgado.

Usando, novamente, da palavra D. José Pessanha associou-se às palavras do Presidente, «sendo-lhe muito grato lembrar que, embora de relações cortadas com Carlos Reis, quanta admiração nutre pela obra deste artista, como dos outros».

D'Ornellas refere-se a magníficos azulejos existentes num prédio da Estrada de Benfica representando, um, o Paço da Ribeira e, outro, o Rossio.

Queirós refere-se, depois, a alguns azulejos lisboetas lamentando «o caso da chapa de seguros colocada sobre um lindo registo da Casa das Amoreiras» e, a propósito dos azulejos da Rua do Cego, sugeriu que a Câmara compre a casa onde eles se encontram.

Alberto de Sousa informa que a Igreja de S. Pedro, em Torres Vedras, já se encontra «inteiramente limpa dos cartazes que ali tinham sido afixados».

Perry Vidal chamou a atenção para o estado em que se encontram as arcadas do Terreiro do Paço onde foram

afixados «os mais variados anúncios, cartazes, pasquins e editais que já nem poupam as colunas do arco triunfal». Refere-se ainda «ao que se está passando com a venda ao estrangeiro de livros e documentos preciosos», tendo «o Brasil comprado tudo quanto se refere àquele país... para assim melhor fazer a sua história».

#### SESSÃO DE 1 DE FEVEREIRO DE 1918

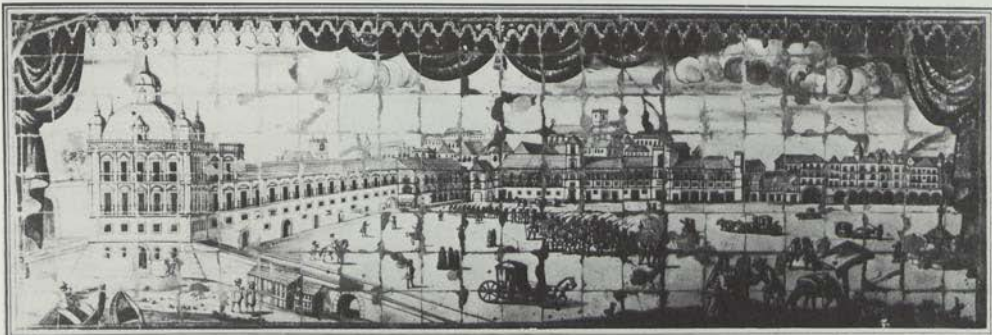
D. José Pessanha informou que a chapa de seguros afixada no prédio da Rua das Amoreiras já fora retirada «deixando assim ver-se o registo de azulejos».

Ganhado declara que a venda (taberna) que se encontra nos degraus do Chafariz da Esperança ainda não foi retirada, motivo por que acha que se deve oficial à Câmara nesse sentido (?).

A propósito, D. José Pessanha propôs que se submeta este, e outros assuntos relacionados com obras e remoções, à apreciação do Arquitecto Couto (colaborador do Mestre Júlio de Castilho na «Lisboa Antiga», Bairros Orientais, nos dois volumes sobre a Sé de Lisboa).

«magníficos azulejos num prédio da Estrada de Benfica representando, um, o Paço da Ribeira e, outro o Rossio.»

Estes painéis encontravam-se no jardim da casa n.º 386 da antiga Estrada de Benfica. No primeiro desses painéis, além do Paço da Ribeira, está representada a maior parte do Terreiro do Paço, anterior ao terramoto de 1755. No outro painel encontra-se representada especialmente a fachada do Hospital de Todos-os-Santos, desaparecido com o terramoto de 1755 e que se erguia na face oriental do Rossio

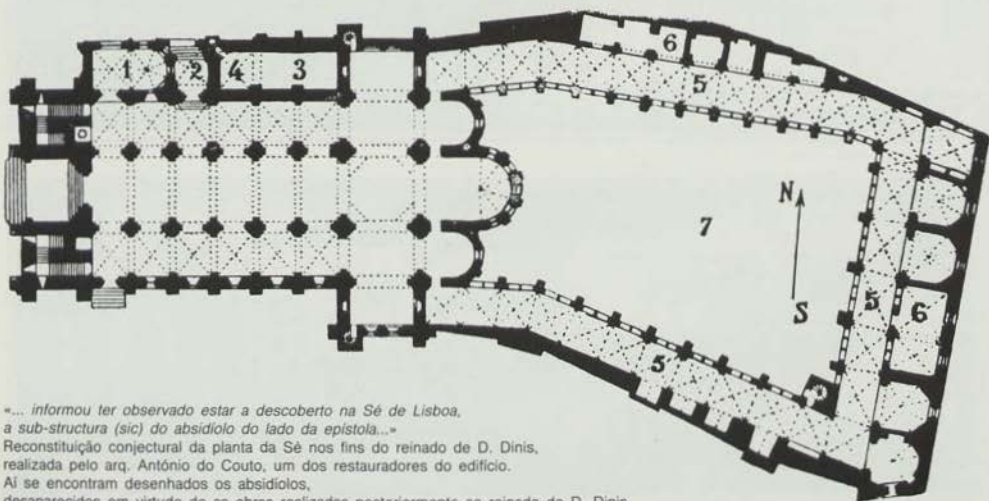






«... a ossada do Condestável foi trasladada para o túmulo de madeira...»

O primeiro túmulo do Condestável D. Nuno Álvares Pereira foi destruído pelo terramoto de 1755, tendo sido substituído por um modelo em madeira, o qual se encontra actualmente no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses



«... informou ter observado estar a descoberto na Sé de Lisboa, a sub-structura (sic) do absidiolo do lado da epístola...»

Reconstituição conjectural da planta da Sé nos fins do reinado de D. Dinis, realizada pelo arq. António do Couto, um dos restauradores do edifício.

Ai se encontram desenhados os absidiolos,

desaparecidos em virtude de as obras realizadas posteriormente ao reinado de D. Dinis

SESSÃO DE 8 DE FEVEREIRO DE 1918

D'Ornellas informou ter sido aberto, na véspera, «o túmulo que encerrava os ossos de D. Nuno A. Pereira, tendo-se confirmado a exactidão do auto de 1768, «lavrado quando a ossada do Condestável foi trasladada para o túmulo de madeira existente no Museu». Acrescentou que fora aberto, também, o cofre que encerrava os restos da mãe do Condestável, Iria Gonçalves, «que morreu com idade avançadíssima — talvez cerca de cem anos».

Queirós informou ter apresentado, «hoje», ao Sr. Ernesto Vilhena (filho de Júlio de Vilhena, Ministro democrático da I República, colonialista e dirigente da antiga Companhia dos Diamantes de Angola), proprietário do prédio da Rua do Cego, o artista Sr. Quaresma a fim de reproduzir o registo de azulejos seiscentistas «e afixar a reprodução no lugar do original».

D. José Pessanha informou ter observado estar a descoberto, na Sé de Lisboa, a sub-estrutura — (sic) do absidiolo do lado da Epístola, «o que é... valioso para a reconstituição da primitiva planta».

SESSÃO DE 15 DE FEVEREIRO DE 1918

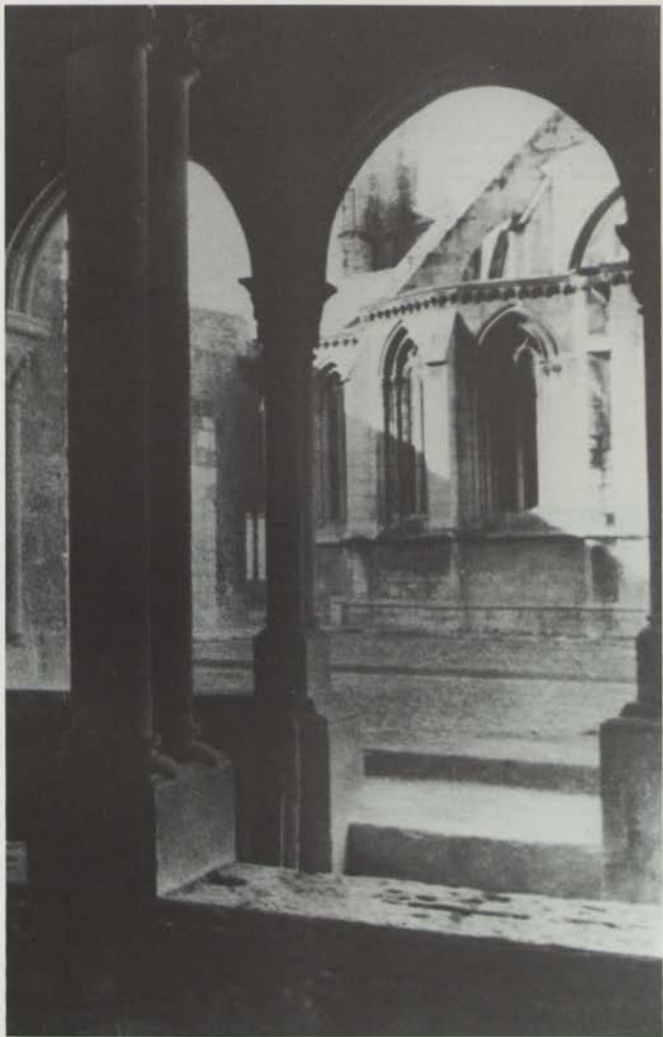
O Presidente (Queirós) informou que uma Comissão da Secção foi recebida pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa — e pelo vogal Sr. Couto, architecto — tendo ambos manifestado «a mais decidida boa vontade» quanto à resolução dos problemas da Torre de Belém, da casa seiscentista da Rua do Cego e Chafariz da Esperança.

O Dr. Fontes propõe uma visita às célebres termas romanas de Lisboa e que as mesmas sejam iluminadas a fim de as tornar visitáveis, sugestão essa que mereceu um louvor do Presidente. Por sua vez, Ganhado — pretextando a carestia dos combustíveis! — propõe o adiamento da visita e exame das termas — «o que foi aprovado».

A propósito de termas romanas, D. José Pessanha referiu-se às termas e ao Teatro de S. Mamede propondo que se proceda ao seu estudo, missão essa de que foi encarregado o Consócio Mena Júnior.

O Dr. Fontes declarou terem aparecido no claustro da Sé de Lisboa fragmentos de cerâmica «de origem fenícia, pelos menos proto-histórica, sublinhando o desejo que se realizem ali novas escavações.

O Presidente (Queirós) incumbiu D. José Pessanha de entrar em contacto com o Architecto Couto, orientador das obras da Sé de Lisboa.



«... declarou terem aparecido no claustro da Sé de Lisboa...»  
O terreiro do claustro da Sé de Lisboa, visto através da arcaria fronteira à cabeceira do templo

«... fez o rasgado elogio  
de Augusto Rosa...»

Cinco anos decorridos sobre  
a sessão da

Associação dos Arqueólogos Portugueses,  
na qual se elogiou  
o actor Augusto Rosa,  
a Câmara Municipal de Lisboa  
homenageou-o mandando erguer, no  
Largo da Sé, um monumento  
com o seu busto



SESSÃO DE 22 DE FEVEREIRO DE 1918

Presidente: José Queirós  
Secretário: Perry Vidal

Queirós propôs um voto de pesar  
pelo falecimento de Vieira Natividade,  
agrônomo, arqueólogo e publicista, fa-  
lecido em Alcobça; Mena propõe que se  
«telegrafe imediatamente à família»  
— o que foi aprovado.

D. José Pessanha enaltece a obra de  
Vieira Natividade sublinhando os seus  
estudos relacionados com a história do  
Mosteiro e arqueologia alcobacense  
(Capela dos túmulos).

Queirós, voltando a usar da palavra,  
saliou o interesse que o «Convento  
de Alcobça» mereceu a Vieira Nati-  
vidade.

O Dr. Fontes comunicou ter sido re-  
conhecida de utilidade pública a Asso-  
ciação dos Arqueólogos, tendo recebi-  
do os cumprimentos dos sócios pre-  
sentes pelos serviços prestados à Insti-  
tuição.

Pelo interesse que tem manifestado  
pela actividade da Secção, o Presidente  
sugeriu que se convidasse o Doutor Fide-  
lino de Figueiredo para consócio.

SESSÃO DE 1 DE MARÇO DE 1918

Presidente: José Queirós  
Secretário: Perry Vidal

Matos Sequeira sugeriu que se reali-  
ze uma excursão de estudo a Leiria.

Tito Larcher anunciou ter existido,  
nos arredores de Leiria, um local co-  
nhecido por Campo de Ourique, onde  
se descobriam numerosas sepulturas,  
perfilhando a opinião segundo a qual se  
travou, no mesmo local, a histórica  
«Batalha de Ourique».

Matos Sequeira lamenta, *mais uma*  
vez, o estado em que se encontra a  
Torre de Belém; por sua vez, o consó-  
cio Ganhado sugeriu que a proposta  
de Matos Sequeira seja submetida à  
apreciação da As. Geral pelo que, o  
Presidente — tomando mais uma vez a  
palavra — saliou que a «esta Asso-  
ciação tem feito já alguma coisa sobre  
a Torre de Belém».

SESSÃO DE 15 DE MARÇO DE 1918

Entre alguns assuntos de mera ruti-  
na, o consócio Mena Júnior lembrou  
que ficasse exarado na acta «um voto  
pelo rápido restabelecimento do nosso  
ilustre Presidente de honra, o Sr. Vis-  
conde de Castilho» (Mestre Júlio de  
Castilho) e, por recomendação de  
D. José Pessanha, ficou aquele Senhor  
encarregado de transmitir o voto da  
Secção, «logo que a saúde de Sua Ex.<sup>a</sup>  
o permitisse».

#### SESSÃO DE 5 DE ABRIL DE 1918

O Presidente (José Queirós) declarou ter visitado, nessa tarde, o Museu da Associação o sábio orientalista Dr. Yahuda, de origem israelita, professor da Universidade de Madrid e propôs a sua nomeação para sócio correspondente da Associação — proposta que foi aprovada calorosamente.

Alberto de Sousa falou sobre o Convento de Tomar — que visitara recentemente — e o Dr. Xavier da Costa salientou «a altíssima importância histórica e artística desse extraordinário monumento».

#### SESSÃO DE 12 DE ABRIL DE 1918

Foi apresentado e saudado o Sr. Luis Fernandes, de nacionalidade brasileira, tendo o Presidente enaltecido a sua acção «a favor da arte em Portugal». Aquele senhor declarou que faria o possível para participar nos trabalhos da secção — «sobretudo para aprender segundo modestamente disse».

A seguir houve troca de impressões acerca dos trabalhos a promover pela secção, tais como visitas, excursões de estudo, etc.

#### SESSÃO DE 10 DE MAIO DE 1918

O Presidente fez o elogio do grande Actor Augusto Rosa, «recentemente falecido», sendo aprovado, por unanimidade, um voto de sentimento a apresentar à viúva.

Perry Vidal fez um rasgado elogio de Augusto Rosa, mas insurgiu-se contra uma notícia, publicada nos jornais, segundo a qual a Sociedade Nacional de Belas-Artes sugeriu que se atribuisse o nome daquele Actor à actual Rua do Alecrim (sic).

Lançou o seu protesto contra a alteração dos nomes das ruas da Capital, acentuando que «a história da Rua do Alecrim está feita na «Lisboa Antiga», da autoria do ilustre consócio Sr. Visconde de Castilho» — e acrescentou: «Teve já a Rua (do Alecrim) nomes de mais — Rua do Conde, Rua da Encarnação, Rua das Duas Igrejas — para que um novo se lhe queira pôr».

#### SESSÃO DE 17 DE MAIO DE 1918

O Presidente (José Queirós) propôs — e foi aprovado por unanimidade — que ficasse na acta um voto de congratulação pela eleição de Nogueira de Brito para senador e do Dr. Osório de Castro para secretário de Estado dos Negócios da Justiça (Consulado de S. António Pais).

Tratou-se, em seguida, do problema relativo à Torre de Belém e da projectada alteração do nome da Rua do Alecrim para o de Augusto Rosa. Quanto ao último assunto, usaram da palavra D. José Pessanha, Ganhado, o Presidente e Perry Vidal lamentando estes consócios que, após escassos dias do falecimento do grande mestre da cena portuguesa, tivesse surgido um acidente tão lamentável.

Ganhado declarou que um amigo seu — que está na disposição de apresentar à secção tendo o alvitre sido aprovado — poderá fazer interessantes comunicações acerca de uns subterrâneos existentes por baixo do Teatro D. Maria.

Nogueira de Brito — depois de agradecer as palavras do Presidente felicitando-o — declarou que tudo fará no Senado a favor da Associação dos Arqueólogos. Foi nomeada uma Comissão — Queirós, D. José Pessanha e Perry Vidal — encarregada de apresentar cumprimentos ao consócio Osório de Castro, por ter sido chamado ao Governo, e lançado na acta um voto de profundo sentimento pela morte de um irmão do Dr. Xavier da Costa que caiu na guerra (I Grande Guerra, 1914-1918) em defesa da Pátria, voto esse que foi aprovado por unanimidade.

#### SESSÃO DE 24 DE MAIO DE 1918

O Presidente declarou ter-se a Comissão nomeada deslocado ao Ministério da Justiça onde apresentou cumprimentos ao novo Ministro — o consócio Osório de Castro — e procurado a viúva de Augusto Rosa, a qual também não concorda com a projectada substituição do nome da Rua do Alecrim pelo de seu falecido marido.

Queirós declarou que, tendo-se deslocado a Faro, em serviço oficial, «encontrou» naquela cidade uma Porta Árabe — o que constitui «um caso talvez único no nosso País».

O Sr. António dos Santos, apresentado à Secção, diz que os subterrâneos do Teatro D. Maria serviam para a passagem das águas no tempo dos romanos e acrescenta que, através delas «e passando umas arcarias», se encontra «um espaço imenso».

D'Ornellas apresentou um trabalho de D. António Caetano de Sousa (que não menciona) «oferecendo exemplares».

#### SESSÃO DE 31 DE MAIO DE 1918

Por instância de Nogueira de Brito, a sessão foi preenchida com a discussão do problema da Torre de Belém (o qual consistia na remoção do gasómetro, pertencente à Companhia do Gás).

## SESSÃO DE 7 DE JUNHO DE 1918

Presidente: José Queirós  
Secretário: D. José Pessanha

O Presidente informou estar, há semanas na tipografia, um manifesto — a enviar a diversas colectividades — a fim de se tratar da questão da Torre de Belém.

Foi defendida, ainda, a intensificação das visitas de estudo, a promover pela Secção.

## SESSÃO DE 14 DE JUNHO DE 1918

Ficou assente uma visita de estudo a Benfica. A propósito da visita, efectuada dias antes a S. Roque, Mena Júnior «estrANHou o estado de pouca limpeza em que se encontra a sacristia».

## SESSÃO DE 4 DE ABRIL DE 1919

O Presidente congratula-se com a presença do novo consócio, Cunha e Costa (advogado e jurista?), e declarou que «os azulejos da Costa do Castelo — que estavam a ser restaurados pelo seu proprietário — este senhor vai depositá-los no Museu da Associação — a expensas suas».

Queirós sugeriu, também, a necessi-

dade de se intensificarem as excursões de estudo em Lisboa e arredores «onde se encontram tão interessantes motivos de arte e arqueologia».

A uma interpeleção de Ganhado, D. José Pessanha apresentou a actividade dispendida pela Secção no sentido de se encontrar — «sem resultado» — uma solução para os problemas da Torre de Belém e do palácio do Pálio do Giraldes. Ganhado agradeceu e pediu, mais uma vez, que se intensificasse a campanha iniciada com vista à resolução do problema da Torre de Belém.

Rodrigues Simões focou, ainda, vários aspectos relativos ao assunto, oferecendo-se para falar ao Sr. Fausto de Figueiredo (grande capitalista da época) no sentido de interessar, também, a Associação Comercial, no problema, «durante uma conferência que vai realizar ali». Houve, depois, a intervenção de vários consócios advogando, todos eles, a necessidade «de formular os mais vivos protestos pelo crime de se deixar perder um dos mais belos monumentos nacionais».

Entrou-se, depois, na 2.ª parte dos trabalhos à qual Ganhado — no uso da palavra — apelidou de «fase combativa». E assim, exortou o Dr. Perry Vidal, na sua qualidade de advogado, a tratar juridicamente do problema da Torre de Belém.

O Sr. Perestrelo (?) preconizou a ideia de se promulgar a legislação adequada a uma defesa eficiente de todos os monumentos nacionais «os quais deviam ficar sob a alçada do Ministério da Instrução».

Cunha e Costa pergunta se a proposta se destina a proteger todos os monumentos do País ou só os de Lisboa; Perestrelo, voltando a usar da palavra, declarou que a sua proposta tem carácter geral.

Procedendo-se à eleição da nova mesa — como preceituavam os Estatutos — foi «reeleita por aclamação a constituída pelos membros anteriores» (Presidente José Queirós e Secretário Perry Vidal).

## SESSÃO DE 11 DE ABRIL DE 1919

Mena Júnior referiu-se, largamente, à morte de *Júlio de Castilho*, presidente honorário da Secção, propondo que fique na acta «um voto do mais profundo pesar» — o que é aprovado por unanimidade.

O Presidente felicita Matos Sequeira por ter sido nomeado Subdirector da Alfândega de Lisboa; Rodrigues Simões informou ter pedido a Fausto de Figueiredo que tratasse da situação da Torre de Belém — na conferência que proferiu na Associação Comercial — não tendo o orador «locado esse ponto» por falta de tempo» (...).

## SESSÃO DE 25 DE ABRIL DE 1919

Jesuino Ganhado congratulou-se com as largas centenas de assinaturas de protesto contra a permanência do gasómetro junto da Torre de Belém.

Perry Vidal agradeceu a atenção dispensada pelos seus consócios à leitura de um «parecer» jurídico, da sua autoria, feita por D. José Pessanha — acerca da questão da Torre de Belém, entre a Câmara e as Companhias Reunidas do Gás e Electricidade — e acrescentou ter examinado o processo o qual conta já quatro grossos volumes, através dos quais pôde «constatar a chicaneria de que a Companhia se tem servido».

Vidal emitiu a opinião segundo a qual — «para o salvamento da Torre de Belém» — é inviável esperar pela sentença final do litígio.

Por isso, Vidal — depois de justificar que as Companhias Reunidas estão fadadas — exorta os consócios a adquirir obrigações das mesmas e, «formando um corpo de credores, com outros amigos obrigacionistas, comparecerem todos no Tribunal do Comércio e requerer a declaração de falência com o incontestável direito que ao credor assis-

«... uma solução para os problemas da Torre de Belém...»

Era deste modo, chocante e perfeitamente inadmissível, que a fábrica de gás se erguia outrora junto da Torre de Belém.

Dal os protestos insistentes e justificadíssimos da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Esta situação aproveitou-a o romancista

Joaquim Paço d'Arcos para o seguinte diálogo que se trava entre dois personagens do seu romance

*Tons Verdes em Fundo Escuro*, quando a bordo de um navio subiam o Tejo: — «Olha a Torre de Belém!» apontou Barradas quase em êxtase. — «Eu por mim só vejo o gasómetro», refuliu Carnacho



te de não confiar mais no devedor caloteiro, e, assim, salvaremos a Torre de Belém»...

#### SESSÃO DE 9 DE MAIO DE 1919

O presidente faz um sentido elogio do Arquitecto Ventura Terra, «recentemente falecido, salientando uma cláusula do seu testamento instituindo prémios destinados a estudantes de Lisboa e Porto, das Academias de Belas-Artes — voto esse que foi aprovado por unanimidade. Jesuíno Ganhado comunica que a questão da Torre de Belém «tem tomado volume» ascendendo a cerca de duas mil assinaturas os protestos, contra a permanência do gasómetro junto ao monumento».

O Presidente refere-se ao *incêndio, que destruiu grande parte de uma ala do Terreiro do Paço*, tendo-se perdido a histórica sala onde foi servido o banquete oferecido no dia da inauguração da estátua equestre, os Museus das Congregações Religiosas e das Alfândegas, Arquivo do Tribunal do Comércio e uma Repartição das Obras Públicas onde existiam muitas plantas topográficas, etc. No final, o consócio General Castelo Branco pediu esclarecimentos acerca da publicação do Boletim.

*«... incêndio, que destruiu grande parte de uma ala do Terreiro do Paço...»*

Aspecto do incêndio da ala oriental do Terreiro do Paço, que ocasionou graves percas no património cultural do País, como se referiu na Associação dos Arqueólogos Portugueses



«... para que desocupasse o terreno, que lhe foi concedido em 1887, junto da Torre de Belém...»  
A planta de Lisboa levantada em 1807, reduzida e desenhada em 1862 e litografada em 1831, mostra os terrenos junto da Torre de Belém onde foi instalada posteriormente a fábrica do gás



#### «ADITAMENTO» À SESSÃO DE 9 DE MAIO DE 1919

D. José Pessanha leu um relatório, exaustivo, da autoria do Dr. Perry Vidal (que por motivo de doença não compareceu) acerca da situação jurídica existente entre a Câmara Municipal de Lisboa e as Companhias Reunidas do Gás e Electricidade.

A questão, entre a Câmara e a Companhia — segundo Vidal — vinha de 1911, ano em que o município deliberou, por unanimidade, informar a Companhia para que *desocupasse o terreno, que lhe foi concedido em 1887, junto à Torre de Belém*, tendo posto uma acção, para esse efeito, no Tribunal de Comércio (extinto anos depois). Este devolveu a questão ao foro cível — o que era um problema discutível (porquanto restava averiguar se a acção seria cível ou comercial). Todavia, a concessão feita em 1887 — segundo Vidal — «era temporária, resolúvel, a arbitrio da Câmara, e a título precário».

Segundo Vidal, a questão arrastou-se, no Cível, e foi protelada por vários anos, «através da chicana o mais completa»: daqui recursos e tempo perdido «estando a questão muito longe do seu termo» (!), o qual só estaria preenchido em 1947.

Perry Vidal salientaria que coisa alguma haveria a esperar das instâncias judiciais: «isto à primeira vista», em consequência do imperfeito conhecimento que tinha do processo.

E conclui por admitir que nem a Câmara tem desenvolvido esforços para a resolução do problema da Torre de Belém, nem as Companhias Reunidas têm manifestado boa vontade na remoção do gasómetro reservando-se, porém, a palavra para aduzir mais algumas considerações sobre este problema jurídico, na próxima sessão.

#### SESSÃO DE 16 DE MAIO DE 1919

Ganhado sugeriu que se instasse, junto da Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de o mesmo corpo administrativo dar execução à proposta, por ele aprovada, em meados de Agosto de 1918, em que deliberou promover a remoção do gasómetro existente junto à Torre de Belém, propriedade das Companhias Reunidas do Gás e Electricidade.

O mesmo consócio lembra que seja eleita uma Comissão da Associação junto da Câmara «para seguir o assunto» — Foi aprovado.

#### SESSÃO DE 30 DE MAIO DE 1919

Entre vários assuntos, o consócio Ganhado chamou a atenção para o ris-



co de desaparecimento de uma interessante casa, do século XVI, existente no Largo do Chafariz de Dentro, e propôs um voto de felicitações à Câmara por ter deliberado colocar no Largo das Duas Igrejas a estátua do *Poeta Chiado* (\*), «belo trabalho de Costa Mota (Tio)» — o que foi aprovado por unanimidade.

A propósito, o Presidente lembrou que «na congratulação à Câmara» será conveniente sugerir que a Rua Garrett — que ninguém conhece por essa designação — volte a chamar-se pelo nome antigo e tradicional (não menciona, porém, esse nome tradicional: será Rua do Chiado ou, mais antigo, Rua das Portas de Santa Catarina?).

Alberto de Sousa diz estar a elaborar um cartaz representando a Torre de Belém e D. José Pessanha pôs à disposição daquele pintor «o valor material que for necessário para se realizar tão bela empresa». O mesmo orador chamou a atenção para os azulejos da Capela de Santo Amaro «que estão ao abandono».

Perry Vidal informou que a «Revista de Portugal» se ocupará da questão da Torre de Belém publicando, também, uma fotografia do mesmo monumento.

«... colocar no Largo das Duas Igrejas a estátua do poeta Chiado...»

Aspecto actual da estátua do poeta e dramaturgo quincentista

António Ribeiro Chiado





A igreja do convento das Flamengas em Alcântara, junto do Largo do Calvário. Este convento foi fundado em 1582 por Filipe I de Portugal, para acolher religiosos fugidos às perseguições dos protestantes



A ermida de Santo Amaro foi edificada na segunda metade do séc. XVI. É um templo cuja planta circular, o torna particularmente curioso

#### SESSÃO DE 6 DE JUNHO DE 1919

Matos Sequeira comunica, acerca da designação do local conhecido por «Chiado», que já em 1586 aparece esse nome, de um antigo «vinhateiro» (sic), ligado àquela artéria lisboeta. Alberto de Sousa apresentou «o seu já anunciado cartaz representando a Torre de Belém», pelo que foi muito felicitado.

#### SESSÃO DE 13 DE JUNHO DE 1919

Presidente: José Queirós  
Secretário: José Pessanha

O Presidente referiu-se às visitas de estudo efectuadas no dia 10 de Junho às Igrejas das Flamengas e da Memória e à Capela de Santo Amaro.

Matos Sequeira — retomando a sua comunicação da sessão anterior — dá como «quase certo» que foi o taberneiro Gaspar Dias, por alcunha o «Chiado», que deu o nome primeiramente a uma parte e, depois, a toda a artéria designada, anteriormente, por Rua das Portas de Santa Catarina.

Matos Sequeira salientou o abandono a que se encontram votados a estátua de D. José, o Terreiro do Paço, o túmulo do Marquês de Pombal e os quadros quinzentistas da ermida dos Remédios em Alfama.

Ganhado referiu-se à casa seiscentista, da Rua do Cego, «que ultimamente foi pintada de cinzento!».

Matos Sequeira acentuou a necessidade de «a Câmara Municipal de Lisboa organizar uma relação das construções típicas da Capital as quais não poderiam ser modificadas ou demolidas, salvo casos muito especiais».

#### SESSÃO DE 28 DE JUNHO DE 1919

Presidente: José Queirós  
Secretário: Gusmão Navarro

O consócio Larcher (?) referiu-se ao «vandalismo» da Câmara de Leiria, a qual pretende transformar a Igreja de S. Pedro e o Paço Episcopal, da mesma cidade, num quartel. O mesmo orador pediu a atenção dos «poderes públicos» para os magníficos azulejos, existentes na Igreja de S. Jacinto, nas Caldas da Rainha, por correrem o risco de desaparecerem; Rodrigues Simões ocupa-se, nomeadamente, do estado de abandono em que se encontram o Convento de Alcobaça; o Sr. Loureiro (?) fala do Castelo de Palmela chamando a atenção de um túmulo, que ali

existe, da Casa de Bragança cujas osadas estão ao abandono.

#### SESSÃO DE 1 DE NOVEMBRO DE 1919

O Presidente referiu-se às diligências que tem desenvolvido a fim de impedir a demolição da Igreja de S. João Baptista de Beja cujo valor histórico acentuou.

O Dr. Perry Vidal informou que foi vendido, «recentemente», o Palácio da Junqueira, propriedade dos Condes da Ega e, depois, dos Barões de Folgosa, para neles ser instalado um Hospital «de doenças dos países quentes». A propósito, o Presidente (Queirós) emitiu a opinião de que todos os monumentos pertencentes ao Estado deviam, «desde já», ser considerados monumentos nacionais.

#### SESSÃO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1919

Queirós diz ter-se deslocado a ALENQUER onde «examinou azulejos preciosos» acrescentando que, na Igreja da Várzea, daquela vila, repousam os restos mortais de Damião de Góis e que o templo «serve actualmente de arrecadação de azulejos que pertenceram ao refeitório da Misericórdia».

#### SESSÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 1919

Ganhado informou que tendo sido encarregado de pedir autorização ao Conde de Folgosa para uma visita ao Palácio da Ega, na Junqueira, aquele titular teve a gentileza de autorizar a visita, a qual foi marcada para o dia 1 de Dezembro.

«... uma visita ao Palácio da Ega...»

Dois aspectos do Palácio da Ega, anterior e posteriormente aos trabalhos de restauro e beneficiação aí efectuados. Neste palácio esteve instalado Junot, tendo-se aí realizado faustosas festas mundanas. Actualmente está aí instalado o Arquivo Histórico Ultramarino. Também é conhecido como Palácio do Pátio do Saldanha



«... um retrato, a carvão,  
representando o 2.º Visconde de Castilho  
da autoria do consócio  
José Malhoa...»

O retrato está datado de 1920.

É portanto

um retrato póstumo,  
pois Castilho faleceu  
em 8 de Fevereiro de 1919



«... informa ter sido vendido  
o Palácio Galveias...»

O Palácio Galveias foi adquirido  
pela Câmara Municipal, que aí realizou  
vultuosas obras de 1929 a 1931.

Aí esteve instalado o Museu Municipal,  
transferido em 1942 para o Palácio da Mitra.  
Actualmente é ocupado pela  
Biblioteca Municipal Central, pelo  
Arquivo Fotográfico e ainda por outros  
serviços. Foi construído,  
na primeira metade do séc. XVII,  
como casa de campo, por um dos membros  
da família Távora.

No início do séc. XIX foi adquirido  
pelo 5.º Conde das Galveias.

Por isso é também conhecido como  
Palácio Távora-Galveias



#### SESSÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 1919

O Presidente dá conta da visita que ele e alguns consócios realizaram, no dia 1 de Dezembro, ao *Palácio da Ega*; Navarro diz que — para evitar despesas à Associação — o Boletim devia ser impresso na Imprensa Nacional ou na Imprensa da Universidade de Coimbra pelo que sugere que alguns consócios, de influência, representem junto do governo nesse sentido. Falou-se, também, da organização de uma visita de estudo, a Pedrouços, ao Palácio Cadaval e à Casa dos Patudos (Alpiarça).

#### SESSÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1919

O Presidente informou que está em risco de desaparecer o Palácio de Santo António do Tojal que foi residência de Verão dos bispos de Lisboa e onde o primeiro Cardeal Patriarca, D. Tomás de Almeida, «deixou as suas armas num tecto».

Acrescenta que também visitou os azulejos, todos datados, na Capela da Senhora da Boa Viagem, na Ericeira, a qual está, também, em risco de desaparecer «porque a querem deitar abaixo» (1).

#### SESSÃO DE 19 DE DEZEMBRO DE 1919

O Presidente diz ter visitado a Igreja de S. Roque tendo notado que «alguns quadros encobrem os azulejos da Igreja» pelo que a Secção está a efectuar diligências no sentido de os mesmos serem retirados. Queirós acrescenta ter visitado, também, o Quartel do Carmo «que acedeu, há tempos, aos desejos da Secção entregando a lápide tumular do Alfageme de Santarém»; Rodrigues Simões referiu-se ao desaparecimento dos Banhos de D. Clara, no Bairro de Alfama; Ganhado disse que serão, brevemente, removidos para o Museu da Associação uma estátua alusiva à inauguração do Caminho de Ferro do Norte e Leste e bem assim «dois formosos escudos da Cidade» que se encontram num armazém da Câmara.

#### SESSÃO DE 9 DE JANEIRO DE 1920

Presidente: José Queirós  
Secretário: Perry Vidal

O Dr. Eduardo Pimenta fez uma comunicação acerca da Igreja de Paço de Sousa onde se encontra o túmulo de Egas Moniz, Aio de D. Afonso Henriques.

#### SESSÃO DE 23 DE JANEIRO DE 1920

Presidente: Perry Vidal  
Secretário: Cunha e Costa

Coisa alguma ficou exarada na acta, a qual está em branco.

#### SESSÃO DE 6 DE FEVEREIRO DE 1920

Presidente: José Queirós  
Secretário: Perry Vidal

Queirós informa que a Associação adquiriu um retrato, a carvão, representando o 2.º Visconde de Castilho, da autoria do consócio José Malhoa, o qual figurará na homenagem póstuma em honra do Autor da «Lisboa Antiga».

Ficou exarado um voto de sentimento pela morte do consócio Dr. Xavier da Cunha. Bácia ofereceu uma série de documentos sobre Vilhena Barbosa, da autoria de Júlio de Castilho, que pertenceram ao Dr. Xavier da Cunha.

Rodrigues Simões pediu para ser lançado na acta um voto pelo falecimento do «distintíssimo paleógrafo», General Brito Rebelo, e informa ter sido vendido o *Palácio Galveias*, ao Campo Pequeno, que pertenceu aos Távoras.

O Presidente diz ter assistido a um almoço de homenagem ao grande Actor C. Brasão, ao qual presidiu o Ministro da Instrução que proferiu um eloquente discurso apelando para todas as pessoas cultas do País, nomeadamente, para os intelectuais no sentido de «oporem um dique à onda de inconsciências e da desordem que vem avançando dia a dia».

Queirós exortou a Associação dos Arqueólogos a corresponder a esse apelo. Em nome da viúva do Dr. Xavier da Cunha, o consócio Bácia ofereceu ao Museu alguns machados, da época da pedra polida, e um fóssil, fragmento de maxilar inferior de um urso das cavernas.

O Dr. Trancoso informou que vai, também, oferecer ao Museu uma estátua que pertenceu a Júlio de Castilho e que lhe foi deixada, por morte do saudoso Mestre da «Lisboa Antiga».

#### SESSÃO DE 20 DE FEVEREIRO DE 1920

Tratou-se dos inconvenientes resultantes da possível abertura de mais lojas na muralha do Carmo. Foi nomeada uma comissão, composta de engenheiros consócios, para estudarem o assunto e «irem fornecendo notícias». Toda a sessão foi preenchida com a escolha dos consócios que deviam constituir essa comissão. No final o Presidente falou sobre a dissipação do património histórico informando, a propósito, que, há anos, foram vendidos

«7 panos magníficos» por 20 ou 22 contos — pertencentes à família Barahona, no Alentejo — os quais seguiram para França onde foram adquiridos por 800 contos.

#### SESSÃO DE 5 DE MARÇO DE 1920

O Presidente (Queirós) informou que a Direcção, na sua última reunião, se ocupou de numerosos assuntos, entre os quais, de um legado deixado pelo Dr. Xavier da Cunha. Ficou exarado um voto pelo falecimento do consócio General Castelo Branco.

Alberto Navarro quis indagar sobre as diligências efectuadas no sentido da Secção obter a publicação gratuita do Boletim, tendo sido informado pelos consócios César Ferreira e Alberto de Sousa.

#### SESSÃO DE 23 DE ABRIL DE 1920

Foi aprovado um voto de sentimento pelo desastre sofrido pelo «ilustre consócio» Dr. Fontes.

Queirós refere-se à inauguração, em Alcobaca, de um monumento à memória do investigador Vieira Natividade.

#### SESSÃO DE 18 DE JUNHO DE 1920

O Presidente referiu-se ao êxito da última viagem de estudo efectuada pela Secção a Tomar onde foi gentilmente recebida por várias personalidades. «Depois de tratados muitos assuntos sobre esse passeio interessantíssimo, foram ouvidos vários alvites».

#### SESSÃO DE 6 DE AGOSTO DE 1920

(Sessão especial comemorativa do falecimento do Sr. José Queirós).

Sócios presentes: Dr. Alfredo da Cunha (que presidiu).

Matos Sequeira, Nunes Cardoso, Jesuino Ganhado, Cunha e Costa, Frazão de Vasconcelos, Ferreira Lima, Conde de Almarjão, Quirino da Fonseca, Dr. Joaquim Fontes, Dr. Xavier da Costa, Joaquim Rasteiro, Rodrigues Simões, Mena Júnior, Veiga e Dr. Perry Vidal que secretariou.

Antes de aberta a sessão, Perry Vidal convidou o Dr. Alfredo da Cunha, Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Arqueólogos, para presidir a esta sessão, «o que Sua Ex.ª comovidamente aceitou».

O Dr. Alfredo da Cunha — uma vez aberta a sessão — traçou a biografia de José Queirós salientando que «foi com sincera mágoa, com a maior dor, que

«... propôs que o busto que José Queirós legou à Associação...»  
O busto de José Queirós que foi dedicado presidente da Secção de Arqueologia Lisbonense



recebeu a notícia da sua morte». O orador acentuou o muito amor pátrio de José Queirós. Fizeram, sucessivamente, o elogio de José Queirós os consócios Cunha e Costa e Perry Vidal que, «comovidamente», proferiu algumas palavras de elogio e saudade à memória do morto ilustre; usaram, sucessivamente, da palavra Matos Sequeira, Joaquim Rasteiro que enalteceu a figura e a acção de José Queirós, como arqueólogo e historiador da cerâmica portuguesa dos séculos XVI ao XIX, e terminou propondo que às salas do Museu de Arte Antiga, em que se encontram as colecções de cerâmica portuguesa, «se dê o nome de «Salas de José Queirós»...; Jesuíno Ganhado propôs que o busto que José Queirós legou à Associação seja colocado numa sala, do Museu, onde se recolham algumas espécies «que ficaram da exposição olisiponense»; Dr. Xavier da Costa; Ferreira Lima que sugeriu que o próximo BOLETIM da Associação seja consagrado à memória de José Queirós; novamente no uso da palavra, Matos Sequeira propôs que se organizasse uma exposição na Associação com elementos, coligidos por José Queirós, relacionados com a arqueologia artística da zona de Lisboa que, oportunamente, lhe foi confiada «segundo o plano por ele já esboçado».

Foi lida, em seguida, uma carta de Alberto de Sousa — ausente em Coimbra «no ansioso desejo de reproduzir os nossos monumentos de Arte» — associando-se à homenagem póstuma ao «nosso querido presidente».

«É necessário porém — sublinha Alberto de Sousa — continuar a obra dele com a tenacidade e o amor que tantas vezes provou» associando-se às deliberações tomadas pelos consócios.

«Depois de todas as propostas serem aprovadas e não havendo mais nenhum orador inscrito, foi encerrada a sessão em sinal de sentimento».

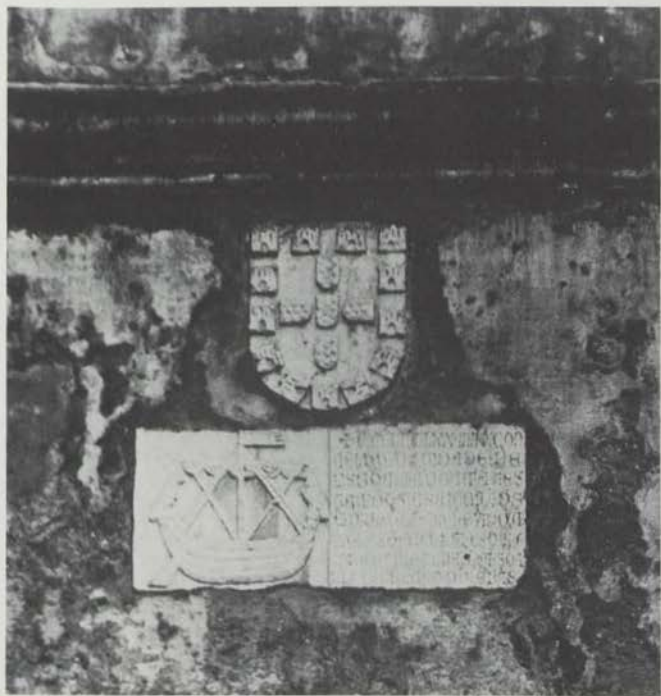
SESSÃO DE 18 DE SETEMBRO DE 1920

Reunião conjunta das secções de Arqueologia Lisbonense e de Heráldica. Presidiu Nunes Cardoso, secretariado por Ferreira Lima. O presidente expôs o fim da reunião: submeter à apreciação dos consócios uma carta do vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Almeida Santos, acompanhada de uma proposta do seu colega Eduardo Moreira «para que fosse modificado o brazão d'armas da capital».

Está apenas à acta um «parecer» de Matos Sequeira em que, quanto ao brasão de Lisboa, opta pelas mais antigas representações que são as dos brasões das bicas de Arroios e de Andaluz — o primeiro de 1360 e o segundo de



Aspecto actual do Chafariz do Andaluz



As Armas de Portugal e de Lisboa que se encontram no Chafariz do Andaluz, as quais datam de 1336. Estas Armas foram uma das fontes do desenho das actuais Armas de Lisboa, adoptadas em 1940, com fundamento em parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, segundo o qual «a Câmara Municipal de Lisboa deve restaurar para a ordenação do seu selo, exactamente as peças simbólicas que aparecem nos mais antigos e belos documentos que restam dos primeiros séculos da nacionalidade»

1374 — e acrescenta: «na mesma ordem de ideias entendo que os corvos (e não o corvo) que aparecem nos mais vetustos documentos, devem ser colocados um à proa e outro à popa, de bico voltado para dentro da embarcação».

No final da sessão, rejeitaram a modificação do brasão de Lisboa, os consócios Garcês Teixeira e Félix Alves Pereira, posições com as quais concorreu a Secção.

#### SESSÃO DE 8 DE ABRIL DE 1921

Presidiu o Conde de Almarjão, secretário por Perry Vidal.

Rodrigues Simões sugeriu que se erguesse no edifício do Carmo uma memória em honra do «Grande Condestável» justificando, exaustivamente, tal ideia que foi aprovada por unanimidade. Foi, também, aprovada por unanimidade uma proposta de Ganhado preconizando a instalação do Museu da Secção na «Sala André de Resende».

#### SESSÃO DE 22 DE ABRIL DE 1921

Apesar de pretextar falta de méritos para tal, foi eleito Presidente da Secção o consócio Jesuino Ganhado; Ferreira Braga sugeriu que entrasse, novamente, em actividade uma Secção de Numismática e o Presidente lembrou a necessidade de se consultarem as actas anteriores «para se dar andamento a muitos trabalhos começados que aguardam resolução».

#### SESSÃO DE 6 DE MAIO DE 1921

O Presidente sugeriu que, de futuro, as sessões constassem de duas partes: a 1.ª para comunicações e, a 2.ª, destinada a observar os assuntos «em andamento», constantes das actas anteriores.

A proposta foi aprovada por unanimidade. Garcês Teixeira propôs que se nomeasse uma Comissão encarregada de organizar o Museu da Secção Olisiponense.

O Presidente propôs que se continuasse a reunir elementos sobre os registos de azulejos.

Passando-se à segunda parte da sessão, ficaram pendentes os seguintes assuntos:

— Acta da sessão de 18/1/1920 — Proposta de Ferreira Lima sobre as placas erradas dos túmulos de D. Afonso VI e D. Pedro II. O Conde de Almarjão prometeu «trazer explicação sobre o assunto».

— Acta de 4/XII/1919.

Proposta de Ganhado acerca do escudo de armas da C.M.L.

— Acta de 12/XII/1919.

Fotografias de Cunha e Costa.

— Acta de 5/XII/1921.

Visita à Casa Cadaval.

#### SESSÃO DE 20 DE MAIO DE 1921

Ventilou-se a sugestão do Chefe do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa no sentido de a Secção de Arqueologia Lisbonense ser chamada a organizar o Museu na «Extinta Igreja de Santo António da Sé», declarando o Presidente que tendo submetido o pedido à apreciação da Direcção, «foi o mesmo ponderado devidamente». Falaram sobre este assunto, o Conde de Almarjão, Frazão de Vasconcelos e Rodrigues Simões. Este, em nome de Garcês Teixeira, informou que as pedras do Convento de Odivelas vão ser entregues à Associação e, como é necessária a deslocação de consócios àquele Convento, «os mesmos visitem a Igreja de Telheiras e estudem o processo de trazer para Lisboa o que resta do seu brasão de armas e o que ainda possa existir do túmulo do Príncipe de Cândia».

Na 2.ª parte foi comunicado estar já autorizada uma visita de estudo à Casa Cadaval em Pedrouços.

Simões propôs uma deslocação a Queluz, no dia 10, o que foi aprovado.

Sobre as fotografias de Cunha e Costa foi aprovada uma proposta, de Almarjão, para que «sejam destinadas à Secção» as respeitantes à Capital».

Ferreira Lima e Almarjão ficaram de visitar, no dia seguinte, 21, o Panteão para tratarem das placas erradas dos túmulos de D. Afonso VI e D. Pedro II.

#### SESSÃO DE 3 DE JUNHO DE 1921

Almarjão declarou ter-lhe sido impossível a prometida visita ao Panteão e submeteu à apreciação dos consócios algumas aquarelas — dos Palácios da Ajuda e de Queluz — acerca das quais foram trocadas impressões.

Tratou-se ainda da sugestão da Câmara à Secção no sentido de a mesma colaborar na organização do Museu de Santo António da Sé.

#### SESSÃO DE 24 DE JUNHO DE 1921

O Presidente informou que o consócio Frazão de Vasconcelos publicou no «Correio da Manhã» um artigo — de resposta a um outro, assinado por «Agnus» — sobre a profanação da

Casa de Santo António. Almarjão (1) esclareceu que o mesmo assunto já tinha sido objecto de uma comunicação à Secção, elaborada por D'Ornellas.

Acerca do Museu de Santo António, o Conde de Almarjão sugeriu que a sua instalação se realize com a maior brevidade. A propósito, foram feitas largas considerações. D'Ornellas leu um relatório acerca de uma visita realizada, «recentemente», a Queluz.

Ferreira de Lima em seu nome e no de Almarjão, leu um relatório acerca da verificação de um erro de data na inscrição que existe no túmulo de D. Pedro II, em S. Vicente de Fora. (O relatório ficou anexo à acta e, por ela, se vê estar errada a inscrição (2)).

#### 16 DE DEZEMBRO DE 1921

Não houve sessão por falta de participantes.

(1) Próximo da Avenida da Liberdade, do lado occidental, onde viveu o marechal-duque de Saldanha (J.P.).

(2) Junto às actas encontra-se um pedido dirigido ao presidente da Associação por António Correia Pessoa, proprietário da «instalação dita no Largo da Esperança». O documento está datado de 12 de Março de 1918.

Tendo recebido ordem da Câmara para a retirar e sendo essa ordem resultante de pedido da Associação, «com pretexto de que desfeia a Muralha do Chafariz», Correia solicita que a Associação mude de parecer e, para isso, alinha alguns argumentos: «Estando à já uns poucos d'anos a dita instalação no local que está, nunca houve reparo algum por parte da Dig.<sup>ma</sup> Sociedade»; «a dita instalação não se adocora a qualquer local, por que precisa de um ponto de Apoio (...) nenhum dono de qualquer propriedade consentirá que seja encostado a seu prédio»; «sendo o Chafariz muito concorrido por imensas raparigas da classe Ovarina, e rapazes que passam algumas horas falando com elas, da-se a coincidência de o canto se tornar um verdadeiro depósito de imundice».

Quanto a «uns barris e outras coisas que pejavam o local», alega não lhe pertencerem «mas sim aos aguadeiros, e outras pessoas». (F.S.).

(3) Eng.º João Perestrelo de Vasconcelos (F.S.). (4) O qual só estaria preenchido em 1947, ou seja, 60 anos após a concessão (J.P.).

(5) A inauguração veio a efectuar-se em 18 de Dezembro de 1925 (F.S.).

(6) Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcker (F.S.).

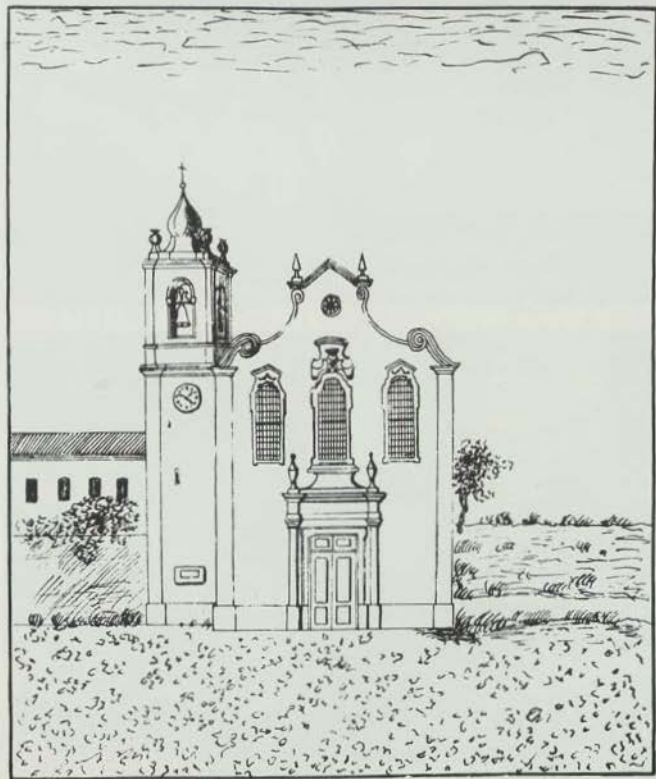
(7) Henrique Loureiro. (F.S.).

(8) Nos números de 21 e 22 de Junho de 1921, respectivamente, os de Agnus e de Frazão de Vasconcelos. (F.S.).

(9) Está correcta a data gravada no túmulo actualmente existente (F.S.).



«... organizar o Museu na extinta igreja  
de Santo António da Sé...»  
Fotografia antiga da igreja,  
vendo-se por detrás  
uma das torres da Sé de Lisboa  
encimada por um coruchêu,  
fruto do restauro fantasista  
e cenográfico de Augusto Fuschini



«... visitem a igreja das Telheiras...»  
A igreja de Nossa Senhora  
das Portas do Céu, em Telheiras,  
segundo um desenho  
de Luis Gonzaga Pereira,  
inserto nos seus «Monumentos Sacros  
de Lisboa em 1883».  
Nesse templo encontra-se  
o túmulo do Príncipe de Cândia







LISBOA — 3 de Janeiro de 1984  
O Vereador Dr. Lívio Borges, recebe,  
no Salão Nobre dos Paços do Concelho,  
os participantes e organizadores  
da Festa de Natal a favor da UNICEF



LISBOA — 5 de Janeiro de 1984  
O Presidente da Câmara Municipal,  
Eng.º Nuno Abecasis, preside, acompanhado  
por Vereadores, à cerimónia da posse  
do Dr. José Manuel de Sousa  
no cargo de Director  
do Gabinete de Estudos



LISBOA — 12 de Janeiro de 1984  
O Presidente  
da Câmara Municipal de Lisboa,  
Eng.º Nuno Abecasis,  
recebe em audiência o ex-ministro  
da Educação da Venezuela,  
na Sala Rosa Araújo,  
nos Paços do Concelho

LISBOA — 19 de Janeiro de 1984

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis, e o «Chief-Minister» de Malaca assinam, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o Acordo de Geminação entre Lisboa e Malaca



LISBOA — 22 de Janeiro de 1984

Missa Solene celebrando o Dia do Mártir São Vicente na Sé Patriarcal. O Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, depõe um ramo de cravos brancos junto ao Cofre da Reliquia, sobre o Altar-Mor



LISBOA — 24 de Janeiro de 1984  
O Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Nuno Abecasis, recebe em audiência na Sala Rosa Araújo, nos Paços do Concelho, o Embaixador da Hungria em Lisboa



LISBOA — 24 de Janeiro de 1984  
O Vereador Dr.ª Maria Clotilde Guedes da Silva recebe, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em visita de cumprimentos, os participantes na reunião da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar

LISBOA — 2 de Fevereiro de 1984  
O Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, recebe em audiência, na Sala Rosa Araújo, nos Paços do Concelho, o Embaixador da Polónia em Lisboa







LISBOA — 2 de Fevereiro de 1984  
O Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Nuno Abecasis, acompanha o Ministro da Cultura quando da inauguração da Exposição Bibliográfica sobre a Crise de 1383-1385, patente no Palácio Galveias

LISBOA — 3 de Fevereiro de 1984  
O Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, inaugura, na Estufa Fria, a exposição «Azulejos de Lisboa»



LISBOA — 8 de Fevereiro de 1984  
O Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis preside, no Campo dos Mártires da Pátria à inauguração do monumento a Garcilaso de La Vega — El Inca, oferecido à cidade de Lisboa pela República do Peru

LISBOA — 14 de Fevereiro de 1984  
O Vereador, Eng.º Alberto Vila Nova, recebe, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em visita de cumprimentos, um grupo de Arquitectos Paisagistas da República Federal Alemã

LISBOA — 18 de Fevereiro de 1984  
Inauguração do monumento evocativo do 25.º aniversário da morte do Almirante Gago Coutinho pelo Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis

LISBOA — 21 de Fevereiro de 1984  
O Presidente da Câmara,  
Eng.º Nuno Abecasis, recebe em audiência,  
na Sala Rosa Araújo,  
nos Paços do Concelho,  
o Embaixador de Itália em Lisboa



LISBOA — 23 de Fevereiro de 1984  
O Vereador Duarte Franco  
recebe, no Salão Nobre  
dos Paços do Concelho,  
em visita de cumprimentos, os membros  
da Organização Ibero-Americana  
de Pilotos



LISBOA — 29 de Fevereiro de 1984  
O Vereador, Eng.º Alberto Vila Nova,  
recebe, no Salão Nobre  
dos Paços do Concelho, em visita  
de cumprimentos,  
os membros da Comissão Nacional da FAO

LISBOA — 1 de Março de 1984  
Inauguração das instalações  
da Assembleia Municipal. Aspecto da Mesa



LISBOA — 1 de Março de 1984  
Inauguração das instalações da Assembleia Municipal. Aspecto da Sala





LISBOA — 14 de Março de 1984  
O Presidente da Câmara Municipal,  
Eng.º Nuno Abecasis, recebe,  
em audiência,  
o Embaixador de Israel em Lisboa



LISBOA — 14 de Março de 1984  
O Presidente da Câmara,  
Eng.º Nuno Abecasis, preside  
à cerimónia de imposição  
de Medalhas de Ouro de Mérito Municipal  
a antigos Presidente e Vereadores  
da Câmara Municipal de Lisboa:  
Eng.º Aquilino Ribeiro Machado,  
Dr. Manuel Ataíde Ferreira,  
Eng.º Antunes da Cunha  
e Eng.º Rui Mendonça





LISBOA — 16 de Março de 1984

O Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, preside à cerimónia da entrega da Medalha de Ouro de Mérito Municipal à viúva do Eng.º Humberto da Fonseca

LISBOA — 16 de Março de 1984

O Presidente da Câmara Municipal Eng.º Nuno Abecasis, usa da palavra durante a recepção dos participantes nas Jornadas Luso-Brasileiras de Património



LISBOA — 23 de Março de 1984  
O Presidente da Câmara Municipal,  
Eng.º Nuno Abecasis, recebe,  
em audiência, na Sala Rosa Araújo  
nos Paços do Concelho,  
o Embaixador da Índia em Lisboa



LISBOA — 24 de Março de 1984  
O Presidente da Câmara,  
Eng.º Nuno Abecasis, recebe  
no Palácio da Mitra,  
membros do Luffahrt Press Club



LISBOA — 26 de Março de 1984  
O Vereador Pedro Feist, recebe,  
na Sala Rosa Araújo  
nos Paços do Concelho, a visita  
do Presidente da Câmara de Colónia

LISBOA — 27 de Março de 1984

O Vereador Dr. Lívio Borges,  
recebe, no Salão Nobre dos Paços do Concelho,  
os cumprimentos dos participantes  
do Colóquio sobre Telemática



LISBOA — 30 de Março de 1984

O Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis,  
recebe, em audiência, na Sala Rosa Araújo  
nos Paços do Concelho,  
o Embaixador da Grã-Bretanha em Lisboa





LISBOA — 30 de Março de 1984

O Vereador Dr. Lívio Borges,  
recebe no Salão Nobre dos Paços do Concelho  
os cumprimentos dos participantes  
na 1.ª Jornada de Acta Médica



LISBOA — 30 de Março de 1984

O Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Nuno Abecasis,  
fala, no Salão Nobre dos Paços do Concelho,  
aos participantes no 3.º Congresso  
da União Geral de Trabalhadores

